



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diego Moretto Trentin

A geoeconomia dos investimentos chineses no Complexo Soja brasileiro sob a lente dos Regimes Alimentares

Florianópolis - SC
2023

Diego Moretto Trentin

Título: A geoeconomia dos investimentos chineses no Complexo Soja brasileiro sob a lente dos Regimes Alimentares

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro ou Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Florianópolis - SC
2023

Trentin, Diego Moretto

A geoeconomia dos investimentos chineses no
Complexo Soja brasileiro sob a lente dos Regimes
Alimentares / Diego Moretto Trentin ;
orientador, Helton Ricardo Ouriques, 2023.
93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações
Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Comércio China-Brasil. 3. Regimes
Alimentares. 4. Agroexportação. I. Ouriques, Helton Ricardo . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Diego Moretto Trentin

Título: A geoeconomia dos investimentos chineses no Complexo Soja brasileiro sob a lente dos Regimes Alimentares

Florianópolis, 01 de dezembro de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.

UFSC

Gustavo Gatto Gomes

UFSC

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a) Helton Ricardo Ouriques, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

RESUMO

Nas duas últimas décadas, o comércio entre a China e o Brasil tem demonstrado um crescimento constante, com um foco particular no setor agroexportador. Notavelmente, o complexo soja, abrangendo todas as atividades relacionadas aos produtos da oleaginosa, passou a representar a maior parcela desse fluxo comercial. Além dos valores transacionados, chama a atenção a crescente presença de empresas chinesas no setor agroexportador brasileiro. A internacionalização de empresas estatais chinesas faz parte de um amplo programa estratégico voltado para garantir a segurança alimentar da população chinesa, e, com esse objetivo em mente, formou-se um ecossistema de empresas chinesas no Brasil. Para compreender as distinções nas operações das empresas desse ecossistema em relação às empresas tradicionais do setor, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre as intersecções nos Regimes Alimentares da China e do Brasil. A abordagem dos Regimes Alimentares visa analisar como as relações centro-periferia se configuram na produção, comercialização e investimento alimentar global. Além disso, conceituaram-se os Regimes Alimentares, o agronegócio brasileiro, o processo de internacionalização de empresas chinesas e as relações comerciais entre ambos os países. Por fim, a literatura revelou que, embora os objetivos das empresas chinesas sejam distintos daqueles das empresas tradicionais do setor, não há uma grande diferenciação em suas operações. O fator que as diferencia é a substancial capacidade de financiamento que essas empresas detêm. Portanto, assim como ocorre com qualquer investimento estrangeiro, os fluxos de capital dessas empresas devem ser cuidadosamente integrados às estratégias de desenvolvimento nacional brasileiro, evitando causar riscos para o mesmo.

Palavras-chave: Comércio China-Brasil; Agroexportação; Regimes Alimentares.

ABSTRACT

In the last two decades, trade between China and Brazil has shown steady growth, with a particular focus on the agro-export sector. Notably, the soybean complex, covering all activities related to all products made of soybeans, became the largest portion of this commercial flow. In addition to the amounts transacted, the growing presence of Chinese companies in the Brazilian agro-export sector is noteworthy. The internationalization of Chinese state-owned enterprises is part of a broad strategic program aimed at ensuring the food security of the Chinese population, and with this goal in mind, an ecosystem of Chinese companies has formed in Brazil. To understand the distinctions in the operations of the companies of this ecosystem in relation to the traditional companies of the sector, a bibliographic review was carried out on the intersections in the Food Regimes of China and Brazil. The approach of Food Regimes aims to analyze how the center-periphery relations are configured in production, marketing and global food investment. In addition, food regimes, Brazilian agribusiness, the process of internationalization of Chinese companies and trade relations between both countries were conceptualized. Finally, the literature revealed that, although the objectives of Chinese companies are different from those of traditional companies in the sector, there is no great differentiation in their operations. The factor that differentiates them is the substantial financing capacity that these companies have. Therefore, as with any foreign investment, the capital flows of these companies must be carefully integrated into Brazilian national development strategies, avoiding causing risks for the same.

Keywords: China-Brasil Trade; agroexports; Food Regimes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O comercio global de alimentos (em dólares)	31
Figura 2 - Participação chinesa (%) nas exportações brasileiras.....	42
Figura 3 - Divisão Setorial dos Investimentos Chineses no Brasil, 2007 - 2020 (Número de projetos confirmados)	48
Figura 4 - Evolução da Produtividade Total dos Fatores (PTF) na Agricultura Global: índice (base 1980 = 100)	50
Figura 5 - Evolução das exportações do agronegócio brasileiro, por geografia-destino (em bilhões de dólares correntes e em porcentagem relativa ao valor total das exportações agrícolas brasileiras em bilhões de dólares correntes, entre 2000 e 2022)	53
Figura 6 – Origem da produção de soja e os corredores de exportação.....	55
Figura 7 - Evolução das exportações do agronegócio brasileiro, por produto (em bilhões de dólares correntes, entre 2000 e 2022)	56
Figura 8 - Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil (número de projetos) – TODOS OS SETORES.....	66
Figura 9 - Localização dos ativos estratégicos da COFCO International em todo o mundo	70
Figura 10 - Presença geográfica das estatais chinesas no Brasil (2007-2020). Todos os setores	73
Figura 11 – <i>Market Share</i> dos exportadores de soja no Cone Sul 2010-2019	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As exportações e importações chinesas no setor agrícola.....	44
Quadro 2 – O fluxo de comércio Brasil-China de produtos agrícolas.....	46
Quadro 3 - Posição do Brasil nas exportações mundiais em 2020, para alguns dos principais produtos exportados.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCDs	ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus
ADM	Archer Daniels Midland
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGR	Compound Annual Growth Rate
CCCC	China Communications Construction Company
CDB	Banco do Desenvolvimento da China
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CHEXIM	Banco de Exportação e Importação da China
CHEXIM	Banco de Exportação e Importação da China
CIL	COFCO International Corporation
COFCO	Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentares da China
COFCO	Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentares da China
DDGs	Farelo de Milho
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GSDI	Global Sectoral Diversification Index
IED	Investimentos externos direto
LDC	Louis Dreyfus Company
M&A	fusões e aquisições no exterior
NBD	Novo Banco do Desenvolvimento dos BRICS
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCC	Partido Comunista Chinês
RMB	Renminbi
SOEs	Empresas Estatais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONCEITOS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA	16
2.1	A EMERGÊNCIA DAS FERRAMENTAS GEOECONÔMICAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL	16
2.2	INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA	17
2.3	A CHINA NA EXPLORAÇÃO DAS COMMODITIES NA AMÉRICA DO SUL.....	24
2.4	REGIMES AGROALIMENTARES.....	28
3.	AS INTERSECÇÕES AGROALIMENTARES CHINA-BRASIL	36
3.1	A CHINA E OS REGIMES AGROALIMENTARES	36
3.2	A HISTÓRIA DASS RELAÇÕES ECONOMICAS CHINA-BRASIL	38
3.3	O BRASIL NOS REGIMES ALIMENTARES	48
4.	AS EMPRESAS CHINESAS NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE	57
4.1	OS INVESTIMENTOS CHINESES NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	57
4.2	PRIMEIRA ETAPA (2000 – 2012): ENTRADA INDIRETA E PRIMEIROS PASSOS	59
4.3	SEGUNDA ETAPA (2012 – 2020): CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA NA COFCO E FORMAÇÃO DE UM ECOSISTEMA DE EMPRESA CHINESAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	64
	CONCLUSÃO.....	82
	REFERÊNCIAS	86

1. INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, temos testemunhado o maior experimento social já registrado. O crescimento da China vem exercendo influência de diversas maneiras em todas as esferas da vida humana. Conforme apontado por Giovanni Arrighi (2007), o desenvolvimento da economia chinesa desempenha um papel central na compreensão da estrutura da economia política nas últimas décadas. Com o crescimento monumental da China, torna-se imperativo implementar políticas que garantam o abastecimento seguro de alimentos para a crescente população de mais de 1,4 bilhões de pessoas que fazem parte de uma sociedade cada vez mais industrializada.

O Brasil é parte pivotal destas políticas, sendo um grande receptor de investimentos e tendo uma centralidade na pauta de importação de alimentos pela China. Portanto, a hipótese da presente pesquisa pretende por compreender três elementos: se os investimentos chineses no agronegócio brasileiro fazem parte de uma estratégia deliberada e funcionariam como ferramentas geoeconômicas; e como estes investimentos impactam o Brasil e seu processo soberano de desenvolvimento, mesmo quando comparado com os investimentos feitos pelas empresas tradicionais da agroindústria.

No primeiro capítulo, buscamos compreender o processo de internacionalização chinesa através de suas ferramentas geoeconômicas, como os investimentos e relações comerciais. Os investimentos se tornaram a maneira mais usada pelas instituições chinesas de participarem ativamente do desenvolvimento dos países da periferia. Ao mesmo tempo, a internacionalização do capital chinês foi uma alternativa para diversificar a carteira de investimentos, devido ao grande acúmulo de capital do processo de industrialização. Dentre as áreas investidas, estão os mercados agrícolas globais (Rodrigues, 2023; Hendler, 2018; Jaguaribe et al., 2018).

Nas últimas décadas o comércio de produtos agrário se liberalizou e passou a ser controlado por grandes empresas multinacionais principalmente empresas do centro do capital como EUA e a Europa. Países que buscassem nos mercados internacionais maneira de complementar sua oferta interna por produtos agrícolas, precisariam fazer uso de intermediários, as grandes *tradings* internacionais, como a ADM, Cargill, Bunge, etc (Escher; Wilkinson, 2019; Mcmichael, 2019; Wilkinson; Wesz Junior; Lopane. 2016).

Na exploração desta narrativa histórica, focalizamos a análise nos Regimes Alimentares, buscando extrair de sua história *insights* que enriqueçam a compreensão da relação atual. Autores como Harriet Friedmann e Philip McMichael (1989) destacaram a evolução da perspectiva dos Regimes Alimentares para explicar como as dinâmicas de poder se manifestam no sistema agroalimentar. A adoção dessa abordagem proporcionou-nos elementos essenciais para desvendar o desenvolvimento histórico dos Regimes Alimentares em pontos específicos de análise.

Mas para buscar compreender como a relação periferia-periferia entre China e Brasil se configura, é necessidade compreender as novas contradições e dinâmicas que desempenham um papel central na economia política global. Autores como Jostein Jakobsen (2021), Paul Belesky e Geoffrey Lawrence (2018) argumentam que os atuais Regimes Alimentares, embora reflitam a influência do capital corporativo concentrado nos EUA e na Europa, também incorporam diversas dinâmicas oriundas de países em desenvolvimento, como o Brasil, a China e a Índia. Esses países estão cada vez mais interconectados na comercialização de insumos e produtos agrícolas, e suas empresas desempenham um papel significativo na oferta global de alimentos.

No segundo capítulo, buscamos compreender o processo histórico chinês e brasileiro nos regimes alimentos, seus caminhos individuais e as interações entre eles. O aumento do consumo, decorrente da industrialização e urbanização chinês, tem sido a principal força motriz que impulsiona as empresas chinesas a buscar no mercado internacional produtos para complementar sua produção nacional. Como observado por Zhang (2018), a maioria das pesquisas sobre a presença internacional chinesa no setor agroexportador costuma negligenciar a busca da China por autossuficiência alimentar, deixando de considerar a complexidade que esse elemento adiciona às relações agroalimentares da China com o resto do mundo. A China adota uma política de dependência seletiva, ou seja, busca autossuficiência para a maior parte dos produtos, menos alguns como a soja.

Apesar disso, a China tem registrado um aumento nas importações de grãos desde 2014, ultrapassando a marca de 100 milhões de toneladas. Em 2015, esse número chegou a 125 milhões, representando 20% do consumo

doméstico. Associado a este aumento das importações está o incremento nos investimentos e presença chinesa no exterior.

Do outro lado da relação, o Brasil tem se tornado um dos maiores fornecedores de commodities agrícolas do mundo, passando a primeira colocação na produção mundial de soja. O agronegócio brasileiro tem crescido por uma série de fatores internos (agronômicos, políticos, geográficos) como conjunturais (demanda da China, liberação dos mercados agrícolas). Autores com Leandro Gilio e Marcos Sawaya Jank (2023) tem buscado compreender as potencialidades deste processo ao mesmo tempo compreender as debilidades e limitações dele. A reprimarização já observada a décadas, tem se acentuado e levado a uma série de repercussões que complexificam o processo soberano de desenvolvimento brasileiro, pela dependência da demanda externa e pelos impactos (sociais, ecológicos e econômicos) que o foco na exportação de commodities acabam por gerar.

O terceiro capítulo, intitulado As empresas chinesas no setor agroalimentar brasileiro: uma análise; busca entender como está sendo na prática a presença chinesa no agronegócio brasileiro. Com o aumento das fusões e aquisições (M&A) realizada pelo agronegócio chinês no Brasil, diversas empresas atuaram e obtiveram diferentes níveis de maturidade. A COFCO, empresa estatal chinesa tem sido pivotal, na formação de uma espécie de ecossistema de empresa chinesas no agronegócio brasileiro. Empresas com capital chinês que atuam em conjunto para formar cadeias de exportação de soja e tem obtido melhores resultados no mercado brasileiro.

Autores como, Valdemar João Wesz Jr., LOPANE, Anna Rosa Maria e John Wilkinson (2016); entendem que a COFCO tem sido instrumental no envolvimento chinês no complexo soja mundial, em todas as partes da cadeia desde a comercialização de insumos até a distribuição dos grãos e o seu beneficiamento. No entanto, a condição presente da COFCO é o resultado de duas décadas de esforços de empresas chinesas para entrar no mercado de origem brasileiro. Com maturidade variável estes investimentos conjuntamente levariam há um processo de integração produtiva de diferentes cadeias logísticas ligadas ao complexo soja, desde a comercialização de fertilizantes e agroquímicos até a exportação da oleaginosa para a China.

Essa entrada da China como a principal compradora de produtos alimentares no mundo, trouxe diversos desafios e oportunidades. Segundo Zhang (2018) muitos autores consideram a demanda chinesas como uma das maiores forças por trás do desmatamento mundial principalmente na Indonésia e Malásia (óleo de palma) e soja no caso do Brasil. Philip McMichael (2020) argumenta que a abordagem chinesa como compradora e exportadora de alimentos, ao mesmo tempo se adequa e busca modificar o regime liberal estabelecido nos acordos da OMC. Mas como resultado, não traz significativas alterações para o padrão de comportamento do capital no Complexo Soja.

Diversos autores pontuam que a maior presença de capital chinês na América do Sul, tem levado a uma reprimarização devido a pauta comercial desigual. Assim, diversos países se tornam dependentes das divisas ofertadas por esta relação para a realização de projetos nacionais. Mas o quanto de eficientes seriam estes, se estariam baseados em uma relação assimétrica (Svampa, 2013; Slipak, 2014; Rodrigues, 2021).

Portando o objetivo do presente trabalho é compreender como a China influência no desenvolvimento brasileiro e sul-americano através de suas empresas no setor agroexportador destes países. Estas empresas que são em grande maioria estatais, ao fazer em parte do conjunto de ferramentas geoeconômicas disponíveis ao governo chinês, faz com que as suas práticas, abordagens e resultados em território brasileiro também façam parte da estratégia geoeconômica chinesa.

Com este objetivo em mente foi feita uma pesquisa qualitativa para compreender o estado da arte da ciência brasileira em compreender a presença agroexportadora chinesa no Brasil. A temática dos investimentos chineses no complexo agroindustrial brasileiro já é bastante explorada, com operações bem catalogadas e análises teóricas amplas. Mas estas frentes de trabalho, não são necessariamente conectadas, sendo que neste material irei explorar o estado da arte do tema associado à exploração de fontes de dados ainda intocadas. Autores como Gustavo de L. T. Oliveira - University of California, Roberto César Costa Cunha – UFSC, Fabiano Escher - UFRRJ e John Wilkinson - UFRRJ; tem desenvolvido diversas análises sobre a temática e servirão de insumo para o presente trabalho.

2. CONCEITOS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL CHINESA

2. 1. A EMERGÊNCIA DAS FERRAMENTAS GEOECONÔMICAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

A Geopolítica é uma área tradicional nas relações internacionais, intimamente ligada à segurança internacional. Ela se concentra em estudar a influência dos fatores geográficos nas relações entre Estados e em como a geografia afeta o desenvolvimento de um país. Como método de análise, a Geopolítica procura compreender e prever o comportamento dos Estados com base em suas configurações geográficas e em relação aos países vizinhos. O que torna a Geopolítica atemporal é o fato de que, mesmo que as variáveis geográficas mudem em importância ao longo do tempo, ela continua a desempenhar um papel fundamental em qualquer espaço geográfico (Rodrigues, 2021).

As práticas geoeconômicas se distinguem das abordagens puramente econômicas. Enquanto o pensamento econômico liberal se baseia em princípios de soma positiva, carecendo de uma conexão com a dimensão estratégica do Estado, a geoeconomia envolve a utilização deliberada de ferramentas econômicas em combinação com a lógica tradicional da geopolítica. Essa abordagem visa expandir a influência do Estado. A geoeconomia, ao oferecer ao Estado um arsenal de influência mais abrangente, pode em certos casos, acarretar prejuízos econômicos a uma nação, desde que isso resulte em ganhos geopolíticos. Entre as principais ferramentas geoeconômicas, estão as políticas comerciais, de investimento, as sanções econômicas e financeiras, os ciberataques, os subsídios econômicos, as políticas financeiro-monetárias, bem como as relacionadas à energia e commodities (Blackwill; Harris, 2016).

Outros países perceberam essa mudança de cenário e a aproveitaram as ferramentas geoeconômicas. Elas foram mais utilizadas pelos países emergentes nas últimas décadas. O contexto unipolar do pós Guerra Fria é caracterizado pela inviabilidade da utilização das ferramentas tradicionais de geopolítica, fazendo com que estas fossem as únicas alternativas para países emergentes, se projetassem no cenário global, fazendo uso de suas maiores economias e presenças nas cadeias globais de valor (Rodrigues, 2021; Blackwill; Harris, 2016). Nesse contexto de mudança, podemos destacar alguns pontos-chave:

1. As ferramentas tradicionais para impor a política externa, como a força militar, perderam parte de sua eficácia, com a ascensão de abordagens de "guerras híbridas";
2. O crescimento do capitalismo de Estado, especialmente em países como China, Rússia e Índia, lhes conferiu a capacidade de utilizar ferramentas econômicas de maneira poderosa, ampliando o papel do capital estatal;
3. Os mercados mais desenvolvidos e complexos exercem uma influência crescente sobre as decisões políticas dos Estados, à medida que as questões econômicas ganham importância no cenário internacional.

De acordo com Rodrigues (2021), em relação a questões militares, cada país possui um nível de capacidade ou recursos geoeconômicos que influenciará o sucesso de suas ações. Nesse cenário de ascensão de novas potências, a China se destaca, uma vez que, além de já empregar políticas econômicas mais "intervencionistas" em sua economia doméstica, integrou essa abordagem de socialismo de mercado à sua inserção no mercado internacional.

2. 2. A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA

A China talvez seja o país mais bem preparado para fazer uso de ferramentas geoeconômicas no séc. XXI. O pragmatismo chinês em perseguir objetivos domésticos nas relações internacionais “permite que o Estado crie um projeto dual (nacional-internacional) como uma plataforma integrada para o seu desenvolvimento” (Vadell; Neves, p. 219, 2018).

Esse processo de transformação na China foi, gradual e marcado por importantes mudanças ao longo do século passado. Nas décadas de 1970 e 1980, com a ascensão de Deng Xiaoping como líder efetivo da República Popular da China, o país começou a buscar alternativas às políticas econômicas implementadas por Mao Zedong, adotando uma abordagem gradual, combinando controle estatal com mecanismos de mercado. Essa estratégia visava conciliar os interesses do Estado com os da crescente classe empresarial. O processo de abertura econômica fez ressurgir a burguesia na China, tornando-a uma parte integrante do Partido Comunista da China (PCC), como observado por Nogueira (2017). A entrada da China nas complexas cadeias globais de valor, por meio de um processo organizado de abertura econômica, desempenhou um

papel crucial no rápido desenvolvimento do país. Esse desenvolvimento foi impulsionado pelas chamadas "quatro modernizações" nas áreas de agricultura, indústria, ciência e tecnologia, bem como nas forças armadas, conforme destacado por Hendler (2018).

O processo de transformação na China teve início com a capitalização da agricultura e se estendeu para o setor industrial. Empresas que não eram consideradas estratégicas e eram inteiramente estatais passaram por um processo de privatização, embora mantendo uma estreita ligação com o Partido Comunista. Esse processo foi caracterizado pelo lema "segurar as grandes, deixar as pequenas irem" (zhuādàfàngxiǎo, 抓大放小), e, como observado por Bruno Hendler (2018), representou uma forma de privatização voltada principalmente para "insiders", ou seja, ex-membros do partido e indivíduos próximos a eles. Isso contribuiu para manter uma relação simbiótica entre as novas empresas privadas e o Estado-Partido, como apontado por Nogueira (2017) e Hendler (2018).

Essa relação Capital – Estado é central para a discussão geoeconômica. Pois há a necessidade se alinhar as capacidades do Estado (financiamento, regulação, política monetária e fiscal, etc) com a gestão eficiente dos ativos econômicos. Segundo Nogueira (2016) na China:

O papel do Estado no processo de desenvolvimento capitalista ganha na China forma ainda mais explícita por conta da sua intervenção direta na acumulação de inúmeras formas – por meio de empresas estatais, políticas industriais amplas, planejamento diretivo, e estrito controle dos preços básicos (juros, câmbio e salários), dos fluxos internacionais de capitais e do sistema financeiro, para ficar no arcabouço econômico mais macro (Nogueira, 2017, p. 3).

Segundo Nogueira (2017), as privatizações não enfraqueceram o poder político do partido. Apenas levarão a uma “consolidação de empresas estatais estrategicamente posicionadas, [...] buscando garantir o controle de fontes de recursos naturais fora do país”. Assim as estatais passaram a atuar mais estrategicamente em setores para puxar o crescimento econômico como “de energia, petroquímica, siderurgia, telecomunicações e bancário” (Nogueira, 2017, p. 10).

Na China, o processo de financeirização¹ assumiu uma abordagem distinta em comparação a outros países, onde frequentemente era impulsionado pelas elites. Nesse contexto, as empresas chinesas não redirecionaram seus recursos das áreas de produção para ativos financeiros, resultando em uma forma de "financeirização com características chinesas". A China mobilizou e direcionou recursos domésticos por meio do sistema financeiro para grandes projetos de infraestrutura e urbanização. Curiosamente, a liderança desse processo não ficou nas mãos das empresas privadas, mas sim das estatais, a maioria das quais tem capital aberto. Isso significa que o Partido-Estado mantém um controle considerável sobre o fluxo de capitais, como destacado por Nogueira (2017). Isso está alinhado com o conceito de "*shareholding state*" (Estado acionista) proposto por Wang (2015), que tem como objetivo tornar as empresas estatais competitivas internacionalmente, proporcionando-lhes amplo acesso ao capital, sem perder a orientação estratégica do Partido-Estado, conforme observado por Nogueira (2017).

A internacionalização das empresas chinesas teve início após o ano 2000, com a criação do programa "*Going Out*" (走出去) ou "*Going Global*" (走向世界) pelo governo chinês em 1999. Esse programa envolve políticas de investimento e incentivos destinados a estimular a internacionalização das empresas chinesas. Isso é viabilizado por meio de linhas de crédito estatais chinesas e suas instituições financeiras, como o Banco do Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM). Além disso, existem mecanismos que aumentam a liquidez das empresas estatais, conforme mencionado anteriormente (Hendler, 2018).

Como parte deste programa, foram realizadas diversas visitas junto de empresários à América do Sul, para criar sinergias de investimentos. Até então, a relação Latino América com a China era muito insipiente, intermediada por empresas ocidentais que faziam o intercâmbio de mercadorias e matérias primas entre as partes (Rodrigues, 2021). Com a presença chinesa direta, houve uma facilitação do acesso a matérias primas do continente, com foco para o

¹ A financeirização se caracteriza pela predominância de um padrão econômico no qual a acumulação de riqueza ocorre predominantemente por meio de instrumentos financeiros, em contraposição às atividades diretamente produtivas, como indústria, comércio e agricultura (BRUNO, 2011).

suprimento de energia, segurança alimentar e de insumos agrícolas (Jaguaribe *et al.*, 2018).

Em 2001 no 10º Plano Quinquenal (2000-2005), foram estipulados cinco objetivos que envolviam a internacionalização (Rodrigues, 2020):

1. Aumento dos investimentos chineses no exterior;
2. Diversificação da produção para exportação;
3. Modernização de processos administrativos, como qualidade e eficiência;
4. Aperfeiçoamento dos canais de crédito nacional;
5. Promoção de marcas chinesas no exterior.

Em 2001, a China tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) após um longo processo de negociação. Essas negociações não se limitaram apenas a um cronograma de abertura da economia chinesa, mas também incluíram a abertura de outros mercados para investimentos chineses. Além disso, o 11º Plano Quinquenal (2006-2010) estabeleceu a necessidade de promover investimentos em países em desenvolvimento como parte do Programa Going Global. Em 2004 e 2005, visitas de Estado ao Brasil contribuíram para o avanço dos investimentos chineses no país, conforme destacado por Vadell (2016). Esses desenvolvimentos ressaltam o compromisso da China em expandir sua presença no cenário internacional, tanto no aspecto comercial quanto no investimento em economias em desenvolvimento, como o Brasil.

Apesar de algumas críticas sobre os efeitos dos investimentos chineses em outros países, este tema ainda gera muito debate e nos traz poucas conclusões. O que podemos afirmar é que, processo de ascensão da China não está buscando derrubar as instituições e regimes existentes (como parte do mundo ocidental teme). Na realidade a China usa da sua importância econômica para criar links bilaterais com outros países e com a sua participação proativa em diversas agendas globais, como inovação e investimentos (Leonard, 2016). Assim, de maneira bastante pragmática, a China está sendo capaz de utilizar as instituições e regimes atuais para fomentar a sua ascensão. Se tornando central e indispensável em todas as partes do mundo, a China ganhar capacidade de influenciar as agendas, mas ao mesmo tempo, molda a condição

socioeconômica de diversos países devido a sua presença. De acordo com Leonard (2016):

o efeito será fazer com que a China se torne o centro do sistema econômico e geopolítico, com países que não estão bem conectados tornando-se periféricos. A velocidade com que essa ordem está se formando é impressionante, assim como é surgimento da economia da China, mas não há "grande plano" e seu estabelecimento tem sido incremental e flexível (Leonard, 2016, p. 4, tradução nossa).

Essa busca por uma abordagem diplomática não conflituosa, é caracterizada pelos chineses como uma Parcerias Amplas e Estratégicas. (1) Como ampla ou "*all dimensional*", não havendo uma limitação da agenda a um tema específico, desde economia, tecnologia, política, etc. Envolvendo entes públicos e privados. (2) Buscando ser estratégico, focando no longo prazo promovendo uma cooperação estável e pragmática. Sem deixar que elementos ideológicos ou sistemas sociais se tornem barreiras. (3) Parceria como a busca de construir uma relação com respeito mútuo e confiança, para se buscar o máximo de convergência nos temas em comum (Feng, Huang; 2014).

Como foi comentado na primeira sessão deste trabalho, as ferramentas geoeconômicas são caracterizadas por serem uma mistura de interesses políticos com capacidades econômicas. Portanto, a visão de Parcerias Amplas e Estratégicas se encaixa a essa nova dimensão da política internacional. Sendo que, de acordo com Wu Xinbo (2016) a China tem cinco principais ferramentas geoeconômicas: (1) Comércio, (2) Iniciativa Belt and Road, (3) Instituições multilaterais de investimento, (4) internacionalização do Renminbi e (5) Investimento, o foco do presente trabalho.

1 - A principal ferramenta geoeconômica da China é, sem dúvida, seu tamanho impressionante. Como destacado por Leonard (2016), a China é o maior exportador do mundo e possui o mercado consumidor de crescimento mais rápido do mundo. De acordo com dados do Banco Mundial (2023), a China é a principal parceira comercial de mais de 100 países. Esse fato tem um impacto significativo sobre seus parceiros comerciais, dada a importância desse mercado e sua abrangência geográfica e setorial sem precedentes. Na região da Ásia, a China desempenha um papel crucial, sendo responsável direta e indiretamente por mais de 50% do crescimento econômico, como mencionado por Xinbo (2016). Um exemplo emblemático do poder que o consumidor chinês exerce foi

evidenciado no caso da NBA em 2019, quando posicionamentos de líderes da organização em relação aos protestos em Hong Kong resultaram em boicotes generalizados à NBA, demonstrando o impacto significativo que a China exerce em escala global, inclusive no mundo do esporte (Brand Intelligence, 2019). Essa dimensão geoeconômica da China é uma força considerável nas relações internacionais.

2 - A Iniciativa Belt and Road é, de fato, um projeto abrangente e ambicioso que engloba uma ampla variedade de projetos, desde infraestrutura até iniciativas educacionais. Seu principal objetivo é a integração, principalmente, das regiões da Eurásia com a China, promovendo uma série de interações destinadas a estimular o crescimento nas áreas-alvo. Essa iniciativa serve como uma forma de internacionalização e diversificação dos investimentos chineses, proporcionando benefícios em termos de retornos financeiros e geopolíticos, enquanto também expande os mercados de consumo para produtos chineses. Ela desempenha um papel fundamental na estratégia de longo prazo da China para aumentar sua influência global e reforçar suas relações com outras nações e regiões. De acordo com Xinbo (2016):

Estes planos destinam-se a facilitar o comércio e o investimento, melhorar a conectividade do tráfego, bem como a cooperação comercial e monetária. Muitos países do alvo estão particularmente interessados na participação da China em seu desenvolvimento de infraestrutura, pois seu sistema de transporte subdesenvolvido é um grande gargalo para seu crescimento econômico (XINBO, 2016, p. 7, tradução nossa).

3 - Nos últimos vinte anos, surgiram diversas instituições financeiras com o principal propósito de oferecer uma alternativa às instituições de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas instituições tradicionais frequentemente são vistas como alinhadas aos interesses do bloco ocidental, o que, segundo alguns críticos, resulta na falta de financiamento adequado para o crescimento sustentável de países em desenvolvimento. Para contrapor essa situação, surgiram iniciativas como o Novo Banco do Desenvolvimento dos BRICS (NBD) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Ambas as instituições têm uma significativa participação chinesa em seu capital, com a China detendo 41% das ações no NBD e 30% no AIIB. Esse envolvimento chinês é projetado para permitir que a China tenha influência na formulação de regras e acordos que

orientam o funcionamento desses bancos. Dessa forma, a China desempenha indiretamente um papel significativo no financiamento multilateral de países em desenvolvimento, demonstrando sua crescente influência no sistema financeiro global.

4 - A internacionalização do Renminbi (RMB) ganhou impulso após 2009, com a implementação de iniciativas e acordos bilaterais para promover o uso do RMB em transações comerciais, investimentos e sua aceitação como moeda de reserva internacional em alguns países. O governo chinês tem promovido ativamente o uso do RMB em transações comerciais e financeiras em todo o mundo. Além dos acordos de uso do RMB, vários países vizinhos já incorporaram o RMB em suas relações comerciais internas e com turistas. Países como Vietnã, Mongólia e Myanmar são exemplos disso (Xinbo, 2016). No caso do Brasil, o RMB tornou-se a segunda moeda em maior quantidade nas reservas internacionais, superando o Euro. Conforme a CGTN (2023), o RMB representa aproximadamente 5,37% das reservas internacionais do país, destacando a crescente aceitação dessa moeda nos mercados financeiros internacionais e sendo um indicativo do fortalecimento da influência econômica da China a nível global.

5 – Os Investimentos Diretos Externos (IDE), que incluem fusões e aquisições, construção de novas instalações, reinvestimento de lucros obtidos em operações no exterior e empréstimos entre empresas do mesmo grupo econômico, representam a quinta e última ferramenta geoeconômica citada por Xinbo (2016). Esses investimentos desempenham um papel central no presente trabalho e têm um impacto significativo nas relações econômicas e comerciais internacionais. Eles são uma parte essencial da estratégia global da China para expandir sua influência econômica e geopolítica. Mundialmente a China é:

Desde a crise financeira de 2008, [...] um fornecedor ativo de investimento estrangeiro direto (IED). De 2012 a 2014, a China foi o terceiro maior investidor do mundo, apenas atrás dos EUA e do Japão. Ao contrário dos investidores americanos e japoneses que se concentram na fabricação, a maior parte do investimento chinês está concentrada em energia, matérias-primas e infraestrutura. [...] Uma vez que o IDE gera diretamente oportunidades de crescimento econômico, emprego e receita do governo, o crescente investimento estrangeiro da China contribui para o seu poder geo-econômico (Xinbo, 2016, p. 7, tradução nossa).

Conforme ressaltado por Nogueira (2017), embora as empresas chinesas desempenhem um papel nas estratégias do governo central, a busca por lucros continua sendo uma parte essencial de suas motivações. Portanto, é importante ter em mente as razões que levam uma empresa a se internacionalizar por meio de Investimentos Diretos Externos (IED). De acordo com Hollensen e Arteaga (2010), os investimentos diretos externos representam o meio pelo qual uma empresa busca um alto nível de internacionalização de suas atividades, envolvendo um alto grau de controle, riscos consideráveis e uma menor flexibilidade. Essas empresas buscam atingir seus objetivos de mercado e lucratividade ao expandir suas operações em outros países, o que pode envolver aquisições, construção de instalações ou reinvestimento de lucros. Portanto, a internacionalização por meio de IED não apenas cumpre objetivos estratégicos de governo, mas também atende às metas econômicas e comerciais das próprias empresas chinesas. Podendo ocorrer de diversas maneiras:

1. Criação de filiais: aquisição de uma empresa existente ou um *greenfield* (investimento que cria algo completamente novo);
2. Filial local de vendas e;
3. Filial de produção/distribuição.

No contexto do planejamento estratégico de uma empresa, o processo de internacionalização envolve a análise de fatores tanto de Atração (*pull*) quanto de Dispersão (*push*). Os fatores de Atração englobam mercados atrativos para investimentos e a busca por ativos ou recursos. Em contrapartida, os fatores de Dispersão incluem Razões Estratégicas, que podem ser reativas ao comportamento de um concorrente, relacionadas à diversificação e à inovação, e Ganhos de Eficiência, que se referem à redução de custos de produção/operacionais.

2.3 A CHINA NA EXPLORAÇÃO DAS COMMODITIES NA AMÉRICA DO SUL

Em 2008 foi publicado o *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, que foi primeiro material a versar sobre a presença do país no continente sul-americano. O material discorre sobre os objetivos estratégicos de longo prazo para a cooperação com os países do continente sul-americano. Quatro temas são abordados para incrementar a cooperação: político,

econômico, sociocultural e assuntos de paz. O âmbito econômico é o que mais nos interessa. Neste, podemos citar o objetivo de formar junto dos países da região e/ou seus blocos econômicos, acordos de livre comércio. Além da busca de abertura dos mercados sul-americanos nos mais diversos setores, entre eles agricultura, energia, recursos minerais e infraestrutura (Rodrigues, 2020).

Entre os anos de 2003 e 2011 houve um aumento considerável nos valores de investimentos chinês na América Latina e na África. Sendo que 80% do valor foi investido após a crise de 2008. Esses investimentos seguem alguns padrões de cláusulas de negociação (Salidjanova, 2011; Poon, 2018):

1. Investimento em recursos naturais para suprir a falta de oferta interna. Com acordos com contrapartida de pagamentos em commodities. Ex: Angola.
2. Projetos que envolvem a exportação de tecnologia/produtos para a execução das obras. Ex: Em um acordo com a SINOPEC, o Gabão se comprometeu a utilizar 60% dos materiais da obra importados da China.
3. Projetos que utilizem instalações, pessoal e *skills* chinesas. Buscando internacionalizar sua mão de obra e manter os padrões de operação nos projetos.
4. Fusões e aquisições de empresas internacionais para promover a inserção de empresas chinesas em outros mercados.

A crise de 2008 na China acarretou uma revisão na abordagem que norteava os investimentos do país. Ficou evidente a necessidade de fortalecer o mercado interno e reduzir a dependência da demanda internacional. Conseqüentemente, houve uma ênfase maior em investimentos relacionados a produtos destinados ao consumo doméstico e diversificação de carteira, o que Naughton (2017) descreve como o "Novo Normal," caracterizado por um ritmo de crescimento mais moderado, porém sustentável. Esse redirecionamento resultou em um aumento significativo nos montantes e setores de investimento escolhidos. Os principais fluxos de investimento se concentraram em commodities agrícolas e minerais, produtos dos quais a nação asiática depende grandemente de importações (Rodrigues, 2021; Sutter, 2012). O objetivo era fomentar uma cadeia de suprimentos e promover a transformação interna, incluindo a utilização da mão de obra chinesa (Jaguaribe *et al.*, 2018). Essa mudança de diretrizes teve o impacto de reduzir os preços globais de diversas

commodities. O fim do chamado "Boom das Commodities" está diretamente ligado a essa mudança de abordagem pelo governo chinês, provocando uma alteração na dinâmica das relações entre a China e o restante do mundo em desenvolvimento (Rodrigues, 2021; Naughton, 2017).

Isto tem feito com que a China atue como uma "placa giratória", ou seja, ao mesmo tempo que é a fonte de produtos industrializados para os países ricos, é fonte de investimentos para os países pobres. Estes investimentos são relacionados principalmente a exploração de matérias primas, levando a um aumento da renda na periferia do capitalismo (Kurz, 2015 *apud* De Assis; Da Silva, 2020).

A consolidação dessas novas relações, que agora não se baseiam apenas na compra de commodities, foi viabilizada pela estratégia de longo prazo adotada pela diplomacia chinesa, que buscou estabelecer acordos tanto com blocos regionais quanto em acordos bilaterais. De forma sistemática, a China promoveu uma maior aproximação com diversos países, por meio da abertura de embaixadas, consulados, visitas de Estado e acordos de investimento, entre outros mecanismos. Essas iniciativas não apenas forneceram a base para o crescimento das relações comerciais, mas também contribuíram para o fortalecimento do Soft Power chinês em continentes como a África e a América do Sul (Rodrigues, 2021; Nye, 1990).

Nas últimas décadas, a América do Sul parece ter adotado uma espécie de "novo consenso," semelhante ao anteriormente conhecido como o "Consenso de Washington," agora denominado "Consenso das Commodities." Nesse novo cenário, os países da região aceitaram desempenhar o papel de fornecedores de produtos primários e/ou de baixo valor agregado, visando beneficiar-se com a entrada de divisas resultante das exportações (Slipak, 2014). Esse enfoque levou à manutenção das cadeias de valor existentes em detrimento do desenvolvimento de projetos nacionais distintos. Conforme observado por Slipak (2014), essa abordagem está diretamente relacionada aos esforços dos países sul-americanos em promover políticas progressistas, impulsionadas pelas receitas geradas pelas exportações de commodities. Esse processo criou um ciclo de dependência em relação à demanda chinesa, contribuindo para a dinâmica atual na região. Portanto o movimento de ascensão da China demanda uma análise que vá além da divisão Norte-Sul, focando nas complexas

contradições dos padrões globais de interconexão, interações e desigualdades estruturais na economia política contemporânea (Vadell; Neves, 2018) .

Os investimentos chineses na América do Sul têm algumas características: orientação para retorno em longos prazos principalmente por empresas estatais (criação de *joint ventures*, licenças para exploração de recursos, fusões e aquisições); pouca transferência de tecnologia para os países Sul-americanos; ausência de cláusulas políticas ou agendas específicas; e obras com cláusulas para uso de empresas chinesas e materiais importados da China (Rodrigues, 2020).

Alguns autores começaram a alertar sobre o perigo de enfrentar a "Doença Holandesa" devido à formação de uma estrutura de exportação excessivamente competitiva, que poderia resultar em uma valorização excessiva das moedas locais, prejudicando ainda mais a já enfraquecida indústria sul-americana (Bresser, 2009; Nacht, 2013). Esse cenário pode levar a um processo de primarização das economias da América do Sul, no qual a ênfase na produção e exportação de commodities em detrimento de outros setores industriais pode ter consequências adversas. Segundo Nacht (2013):

Os dados da CEPAL no período 2007-2009 são mais que ilustrativos com apenas alguns exemplos: a Argentina teve 92% de suas exportações concentradas em cinco produtos (soja, óleo de soja, petróleo bruto, outros bovinos, carnes e miudezas de aves); Brasil 82,2% (concentrados de ferro, soja, petróleo bruto, aglomerados de ferro, pasta química de madeira); Chile 92,3% (cobre, concentrado de cobre, pasta química de madeira, concentrado de ferro, farinhas não comestíveis); Comunidade do Caribe 69% (álcoois monohídricos, alumina, madeira de não coníferas, outra sucata não ferrosa, gás natural liquefeito); o único país com uma percentagem menor é o México com 37% (Nacht, 2013, p. 6 tradução própria).

Esse processo é chamado por Necht (2013) de neoextrativismo. Neste não apenas existe uma concentração das exportações em produtos primários, mas uma reestruturação político, econômico e social que é um reflexo desse modelo. Os grupos agroexportadores e mineradores que se beneficiam da relação comercial com a China tendem a apoiar de maneiras mais natural agenda daquele país. De certo modo, a China se adequou ao receituário neoliberal ao entrar na OMC em 2001. Limitando a abertura do seu mercado (como seria necessário segundo os princípios da OMC) e ainda tendo o acesso as exportações agrícolas e minerais de outros países. Estes países, tão

necessitados de financiamento internacional, não tiveram alternativa a não ser se adequarem as demandas chinesas (Necht, 2013).

2.4. REGIMES AGROALIMENTARES

A abordagem dos Regimes Alimentares se origina na década de 70, a partir dos trabalhos da teoria da Dependência e dos Sistemas Mundo, com influências da crítica pós-colonial e pós-estruturalista (McMichael, 2013). A abordagem procura compreender como os sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos gera um sistema e se insere na dinâmica de acumulação de capital. O comércio global de alimentos gira em torno de um conjunto de commodities agrícolas, com destaque para a soja, milho, trigo e algodão. Esses produtos podem ser cultivados em diversos países sem demandas tecnológicas significativas e encontram aplicação em uma ampla variedade de finalidades. Os cereais, como soja, milho e trigo, são primordialmente destinados à alimentação. A soja e o milho são amplamente empregados na produção de rações para animais, alimentação humana e na indústria de bioenergia, incluindo biodiesel e etanol, sendo frequentemente referidos como culturas de uso flexível (*flex crops*) ou cereais industriais. Por outro lado, o trigo é quase exclusivamente utilizado na alimentação humana. Por sua vez, o algodão é empregado exclusivamente pela indústria têxtil (Tixiliski, 2023).

A abordagem dos Regimes Alimentares surgiu da análise das dinâmicas de troca desses produtos ao longo da história. Segundo os autores, os regimes alimentares podem ser divididos em três ciclos distintos. O primeiro ciclo foi dominado pelo Reino Unido e sua relação com as colônias. O segundo ciclo foi liderado pelos Estados Unidos e sua relação com o complexo industrial agrícola. O terceiro ciclo, que é o ciclo atual, é caracterizado pela financeirização e multipolaridade (Friedman; McMichael, 1989).

O primeiro regime alimentar têm origem no Império marítimo britânico. Com a colonização de áreas mais adequadas à agricultura, aliada ao aumento populacional decorrente da urbanização e industrialização, ocorreu a formação de uma rede internacional de comércio de alimentos e a exploração das colônias e possessões, seguindo uma lógica mercantilista. Esse padrão de dinâmicas terminou com o declínio da influência do Reino Unido na primeira metade do século XX.

O segundo regime alimentar está associado à hegemonia dos Estados Unidos e foi fundamentado na Revolução Verde e na exportação de capital para a periferia do sistema capitalista. Com a industrialização da agricultura, novas atividades surgiram, abrindo mais oportunidades de investimento, tais como fertilizantes, implementos agrícolas, sementes, entre outros (Belesky, 2018; Jakobsen, 2021). Esse regime foi deliberadamente difundido pelas grandes multinacionais, que se formaram no período anterior, mas se consolidaram nesse, a partir do centro do capitalismo para a periferia, visando as novas fronteiras agrícolas globais. Essas empresas ficaram conhecidas como as "tradings". Quando nos referirmos à sigla ABCDs, estaremos mencionando essas empresas, que incluem ADM (1902), Bunge (1818), Cargill (1865) e Louis Dreyfus Company (1851). Na Figura X, é possível observar a participação de mercado dessas empresas nas exportações brasileiras. Dessas, apenas a LDC é francesa, enquanto as outras são norte-americanas.

O processo de integração global que resultou do regime liderado pelos Estados Unidos nos leva ao terceiro momento, que de acordo com McMichael (2013), pode ser denominado de "Regime Corporativo" ou "Regime Financeiro". A financeirização abriu as portas para o capital atuar globalmente, influenciando diretamente as operações das empresas ABCDs. Esses capitais trazem consigo padrões e regulamentações que favorecem o capital corporativo. Uma tendência crescente é a participação cada vez maior de instituições financeiras no sistema agroalimentar, ao mesmo tempo em que as empresas do setor agroalimentar passam a adotar práticas semelhantes às de instituições financeiras (Burch; Lawrence, 2009).

As principais características desse regime incluem a concentração do poder em poucas empresas nas cadeias de suprimento, a terceirização e disseminação da produção, a incorporação de preocupações ambientais em sistemas de governança privada, a liberalização dos mercados agrícolas, o aumento dos conflitos de terras e aquisição de terras por investidores estrangeiros (Belesky, 2018).

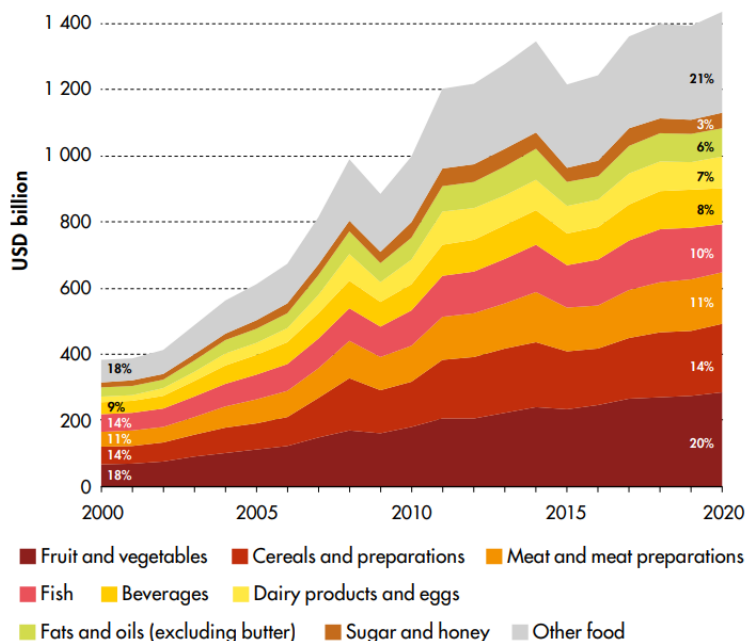
Apesar de existir um certo consenso em relação aos elementos centrais, ainda há grandes debates sobre o exercício da hegemonia nesse Regime. Seguindo a perspectiva de McMichael (2013), também podemos denominar esse novo regime de "Agro-mercantilismo de Segurança". Segundo o autor, as nações

passaram a vincular o setor de alimentos à segurança, estabelecendo uma conexão crítica entre a produção e o comércio de alimentos e a segurança nacional e global. Essa abordagem ressalta a importância crucial do controle sobre a produção e distribuição de alimentos no contexto da segurança.

Segundo Friedmann (2017) os períodos de contestação representam momentos de muita instabilidade também para os Regimes Alimentares, com o papel de Estados, indivíduos, corporações, movimentos sociais em cheque (Friedmann, 2017). Apesar disso, as empresas tradicionais ou ABCDs ainda são centrais para a sustentação, apenas havendo novos elementos atuantes.

É fundamental compreender o regime atual como uma fase de transição, o que significa que os determinantes teóricos que o definem não são muito claros. Portanto, a conceituação de "regime corporativo" pode ser limitante (BELESKY, 2018). A conjuntura atual de crise financeira, mudanças climáticas e questões de segurança tem reforçado essa perspectiva. As nações estariam engajando em um fenômeno conhecido como "*resource grabbing*" ou seja, buscando assegurar recursos estratégicos, como alimentos, energia, infraestrutura e terras agrícolas. Em termos gerais, ao relacionar a teoria com o conceito de mercantilismo, que remete ao primeiro regime, o autor sugere que está ocorrendo um aumento do nacionalismo em questões econômicas e segurança. Tendências como a guerra comercial entre China e Estados Unidos, o *Brexit* e a Guerra na Ucrânia endossam essa abordagem (McMichael, 2013).

Figura 1 - O comercio global de alimentos (em dólares)



Jakobsen (2021) argumenta que a divisão restritiva entre Norte e Sul, muitas vezes usada para descrever o cenário global, não reflete adequadamente a complexidade das dinâmicas do regime alimentar atual. Em instâncias como a OMC - Organização Mundial do Comércio, países como Índia, China e outros membros dos BRICS desafiaram com sucesso a supremacia do capital dos países centrais na estrutura do comércio de alimentos. Isso representa uma forma de 'multipolaridade' ou 'policentricidade' no regime (Jakobsen, 2021). Durante o período de 1920 a 2010, a produção agrícola experimentou um crescimento significativo em países periféricos, enquanto a Europa, passou a grande importador de produtos agrícolas (Tixiliski, 2023). Essa percepção é compartilhada por diversos autores que estudam os Regimes Alimentares (Ban; Blyth, 2013; Pieterse, 2018). Isso destaca a complexidade das atuais relações econômicas e políticas globais e a necessidade de uma análise abrangente para compreender as dinâmicas em jogo.

Ademais, de acordo com Jakobson (2021), devido ao foco das teorias críticas em analisar o neoliberalismo, o papel dos Estados foi frequentemente negligenciado, mesmo considerando que os regimes alimentares corporativos tendem a ser altamente desregulados e privatizados. Isso levou a uma subestimação do papel estratégico desempenhado por nações como Índia,

Estados Unidos e China no sistema regulatório. Isso se alinha com a perspectiva Gramsciana de hegemonia, que enfatiza a natureza contínua e flexível da hegemonia (Jakobson, 2019).

Os países que integram os BRICS, juntamente com outras economias em ascensão, desempenham um papel crucial na reconfiguração das estruturas alimentares globais, exercendo influência nas dinâmicas de produção, distribuição, circulação e consumo de *commodities*. Essas nações desempenham um papel de destaque tanto em âmbito regional quanto extra-regional. No sul global, o estado, em colaboração com o setor corporativo, tem desempenhado um papel cada vez mais importante na facilitação das transações econômicas que contribuem para alcançar esses objetivos.

Como Cunha (2020) elucida, no caso do mercado de produtos do complexo soja:

Assim, observa-se a demanda crescente da produção animal e, por conseguinte, a demanda de farelo de soja dos países dos BRICS, que representa 46% da população mundial. China e Índia, nos últimos 20 anos, mudaram seus cestos de alimentos, e sozinhos representam 32,3% do consumo de carnes do mundo (Cunha, 2020, p.55).

Mas segundo Cousins *et al.* (2018) diversas dinâmicas comuns à estes países tem influenciado seu engajamento Internacional, incluindo:

[...] o aumento dos níveis de concentração em propriedades rurais, mudanças no caráter das ligações rurais-urbanas, mudança de padrões de migração, a promoção da agricultura de pequeno porte ao lado do aumento do agronegócio corporativo, aumento dos graus de integração vertical dentro das cadeias de valor, intensificação da 'supermercantilização' do varejo de alimentos e diferentes combinações desses processos (Cousins *et al.*, 2018, p.3).

De modo geral, Cousins *et al.* (2018) cita quatro macro temáticas que influenciam a inserção internacional destes país:

- a. Acumulação de capital e a necessidade de investir;
- b. Assegurar matéria-prima e outros fatores de produção;
- c. Limitação dos mercados domésticos e a necessidade de ganhar competitividade nos mercados internacionais;

d. motivações políticas como a necessidade de manter suprimento barato de alimentos.

Os investimentos mútuos entre os países dos BRICS e seus entornos desempenham um papel significativo nas relações agroalimentares globais. À medida que os custos de produção, incluindo terra e mão de obra, aumentam em várias nações, a atração de migrantes e a externalização da produção tornaram-se estratégias comuns adotadas por esses países. No primeiro caso, a China, por exemplo, tem atraído um grande número de migrantes do Vietnã para trabalhar nas crescentes plantações de cana de açúcar no sul do país. Da mesma forma, a África do Sul está cada vez mais investindo na produção de cana de açúcar em países vizinhos, como a Zâmbia. Isso reflete a tendência global de desregulamentação e facilitação de investimentos transnacionais, resultando na integração crescente dos sistemas regionais agroalimentares. Os investimentos são usados como estratégias para diversificação e crescimento, permitindo que diversas empresas explorem a verticalização e atuem em mercados que antes não eram tão desenvolvidos. Embora a desverticalização seja a tendência em outras indústrias, levando a formação de cadeias globais de valor através do outsourcing, o mercado de *commodities* tende a seguir o caminho inverso, devido as baixas margens de lucro e consequente necessidade de grande utilização de ativos, como ferrovias, portos etc. Essas abordagens têm levado à formação de uma ampla gama de empreendedores, especuladores, intermediários e outras empresas que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de atividades em novos mercados (Cousins *et al.*, 2018).

Segundo Pieterse (2011) o que estamos observando é um crescimento comparativamente maior das relações entre sul global do que as relações norte-sul. Mais especificamente, o que o autor chama de relações Leste-Sul. Segundo dados da USDA, coletados por Balesky (2018) o crescimento do comércio agrícola Norte-Sul foi de 66% entre 2009 e 2018, já no comércio Sul-Sul cresceu em 80%. Pela primeira vez em 2014 a China teve um saldo positivo nas exportações de capital. As empresas estatais agrícolas e do setor químico, são responsáveis por uma fatia considerável dos recursos que cada vez mais, são destinados a investimentos no sul global, principalmente através de aquisições (Balesky, 2018).

Segundo McMichael (2019) o avanço da agenda destes países e consequentemente, a sua presença no sistema multipolar, pode ser sentida em diversos fóruns. Na OMC, eles teriam sido fundamentais para o deadlock da Rodada de Doha, deixando clara a hipocrisia dos países ricos em proteger sua agricultura, mas liberalizar outros mercados.

Segundo Belesky (2018) em sua análise da literatura sobre mudanças estruturais dos regimes alimentares, os autores de modo geral deixam claro que os setores ligados a alimentos (alimentos, ração, energia e finanças) estão se tornando cada vez mais internacionalmente integrados. Mas de maneira multipolar, ou seja, para além da limitação das relações Norte-Sul. Sendo importante reconhecer o papel do capitalismo de Estados, das empresas estatais, e do que o autor chama de neomercantilismo. Assim economia política mundial é o palco das maiores alterações das relações de poder e dos sistemas *agri-foods*.

Fica claro que, diversos países buscaram assegurar acesso a preços estáveis de produtos básicos, através de regulações, subsídios e estoques de segurança. Ao mesmo tempo, com o aumento da demanda global por alimentos e a complexificação das cadeias globais de valor, vários mercados se tornaram atrativos para estes países. Tanto mercados nichados como frutas e castanhas, quanto produtos mais commoditizados como soja e milho; têm crescido em valores de exportações.

No entanto, essa dualidade também enfrenta desafios internos. Nos últimos anos, a liberalização dos mercados agrícolas e a subsequente queda nos preços de venda provocaram uma série de protestos de agricultores, um exemplo notável sendo o caso indiano, onde cerca de 60% da população vive nas áreas rurais. O caso da Índia é particularmente interessante, pois tem implicações que se relacionam com o atual ano de 2023. Em 2013, a Índia implementou o *National Food Security Act*, que estabeleceu um sistema de compra e distribuição de produtos agrícolas a preços subsidiados. Ao mesmo tempo, a Índia transformou-se de um pequeno exportador de arroz para o maior do mundo, com exportações de 11,8 milhões de toneladas em 2020, em comparação com 1,7 milhões em 2010 (Cousins, 2018; FAOstat, 2023). As exportações têm levado ao aumento da insatisfação dos agricultores, que buscam competir com produtos importados.

De acordo com McMichael (2019), a lógica de mercado não elimina a importância dos Estados, mas a modifica em comparação com o papel tradicionalmente "restritivo" que o Estado costumava desempenhar na literatura. Portanto, para se adaptar ao sistema liberal, torna-se essencial que o Estado adote uma lógica de mercado, aproveitando seus monopólios regulatórios, comerciais e monetários para fortalecer as capacidades competitivas da nação e de suas empresas. Essa adaptação requer uma harmonia de alianças internas entre o Estado e as elites, sendo fundamental para o sucesso do projeto (McMichael, 2019; Nogueira, 2017). Assim a China cada vez mais tem se tornado um "centro de capital, facilitando fusões e aquisições de agronegócios e novos fluxos Leste-Sul e Sul-Sul de comércio agroalimentar, tecnologia e capital (Belesky, 2018, p. 16, tradução nossa)."

Como menciona Giacomo Tixiliski (2023, p. 7):

Para compreender qual é a inserção e as relações desses países nos regimes alimentares internacionais não basta trazer dados de produção e de consumo, é necessário descrever as principais características, metas e processos internos no setor agrícola dos dois países.

Essa faceta da produção, juntamente com a dispersão da demanda e a liberalização do comércio, proporcionou os alicerces para o desenvolvimento de um regime alimentar descentralizado e multipolar. No entanto, é importante notar que, devido à alta dependência financeira em relação aos setores primários exportadores, o capital transnacional, representado principalmente pelas empresas de comércio internacional (*tradings*), mantém uma influência significativa sobre esse cenário.

3. AS INTERSECÇÕES AGROALIMENTARES CHINA-BRASIL

3.1 A CHINA E OS REGIMES ALIMENTARES

De acordo com Zhang (2018, p. 32, tradução nossa) “Nenhuma outra civilização teve tal tradição contínua de pensar sobre a fome, e nenhuma outra na história moderna foi tão influenciada pela fome”. Portanto, a preocupação em alimentar a vasta população chinesa é uma das questões mais prementes que o país já enfrentou. Ao longo de sua história, é possível traçar uma relação recorrente entre as dificuldades em garantir alimentos para o povo e a instabilidade política. De fato, a China, como outras civilizações, ficou conhecida por suas grandiosas obras de engenharia financiadas pelo Estado, destinadas a promover a irrigação e, assim, garantir o abastecimento de produtos alimentares. O Estado de acordo com Tixiliski (2023):

[...] criou as bases da economia agrícola chinesa atual, em que promoveu a expansão territorial, expandindo e reparando o controle de água para estabilizar a produção de grãos para subsistência e para comercialização; influenciou e regulou a distribuição de grãos para haver maior equidade entre as regiões chinesas; e apoiou a migração para criação de novos espaços ocupados para produção agrícola e para estabilizar os recursos naturais de cada região. Com isso, a China evoluiu as zonas rurais com dois tipos de economia agrária: a primeira para a subsistência de pequena escala em um Império em expansão e a segunda de larga escala monitorada e administrada (Tixiliski, 2023, p. 9).

Este papel central do Estado como regulador da economia agrícola se mantém extremamente forte. Durante a Conferência Rural Central em dezembro de 2013:

[...] Xi declarou: "a tigela de arroz do povo chinês deve ser mantida firmemente em nossas próprias mãos. Nossa tigela de arroz deve ser preenchida principalmente com cereais chineses." Na verdade, desde 2012, "tigela de arroz" tornou-se o slogan popular usado por Xi Jinping para ilustrar o quão importante é a segurança alimentar para a China. Sendo o país mais populoso e profundamente integrado à economia global e ao sistema alimentar, a segurança da "tigela de arroz" da China tornou-se cada vez mais uma questão de preocupação internacional (Zhang, 2018, p. 235, tradução nossa).

Conforme observado por Belesky (2018), a literatura sobre regimes alimentares frequentemente negligenciou dar a devida atenção à Ásia Oriental, com foco particular na China. Devido ao seu sistema com características singulares, a China desempenha um papel de extrema relevância nas

transformações para um mundo cada vez mais multipolar. Nas últimas décadas, temos testemunhado um período de transição, no qual, ao lado do crescente domínio do capital transnacional e das empresas privadas, as empresas estatais (SOEs) e os fundos soberanos passaram a desempenhar um papel mais ativo nas cadeias de valor. (Kong, 2017 apud Belesky, 2018). Segundo o autor:

O atual regime alimentar não pode ser adequadamente compreendido sem reconhecer a importância do capitalismo e do neomercantilismo liderados pelo Estado e as maneiras pelas quais essas dinâmicas sócio-políticas e econômicas estão remodelando as relações de poder em um sistema alimentar global cada vez mais multipolar (Belesky, 2018, p. 10, tradução nossa).

Historicamente, o "modelo" chinês de ordenamento agrícola é caracterizado por dois elementos principais: a gestão direta do Estado no setor agrícola e a presença predominante de pequenas unidades agrícolas (minifúndios). Esses elementos estão intrinsecamente ligados à busca por autossuficiência e estão interconectados com diversas formas de organização política e econômica na China. Essa interconexão é o que diferencia significativamente a China de países como o Brasil, onde o latifúndio exerce uma grande influência sobre o modelo de ordenamento político e econômico.

O desenvolvimento recente das empresas agrícolas chinesas foi em muito resultado de uma política de transição para uma economia agrícola com elementos capitalistas. Através das *Town-Village Enterprises (TVEs)* nos níveis municipais e posteriormente, provinciais; se iniciou um processo de industrialização e capitalização da agricultura chinesa, após décadas de restrições (Tixiliski, 2023; Nogueira, 2021).

Essas transformações estão em sintonia com a consolidação dos complexos agroindustriais internos na China, onde a propriedade e o controle das operações nas indústrias de carne e ração são predominantemente domésticos. Essas indústrias são amplamente dominadas pelas chamadas 'empresas de cabeça de dragão' (Dhes), que atendem a critérios operacionais e financeiros específicos para obter apoio público, como crédito e subsídios em nível nacional. Isso é alcançado através da integração vertical e da prática de agricultura por contrato (Wesz, 2023). É notável observarmos que a China, juntamente com a Índia, consome 32% da produção global de carnes, importando

88% da soja consumida, a qual é quase integralmente destinada à produção de ração animal (Cunha, 2020).

Conforme destacado por McMichael (2019), essa distinção implica que a China necessita adotar uma postura mais ativa no mercado internacional, visando garantir através de importações o acesso a produtos nos quais não possui autossuficiência. O Estado tem um papel direto e indireto muito importante (Pearce, 2012), passando cada vez mais a “ignorar o monopólio do comerciante de grãos com novas combinações híbridas de capital de estado” (McMichael, 2019, p.8, tradução nossa). Não sendo uma estratégia apenas chinesa, mas um processo sistemático que ocorre buscando mais autonomia nas cadeias de alimentos globais (McMichael, 2019; Tixiliski, 2023).

A considerável volatilidade nos mercados de commodities desempenha um papel central na promoção de políticas mais restritivas, priorizando a resiliência das cadeias alimentares e a garantia do fornecimento de alimentos. O aumento da demanda global, fortemente impulsionado pela China e pelo crescimento dos biocombustíveis, tem incentivado vários países exportadores de commodities a adotar medidas mais restritivas. Exemplos notáveis incluem Tailândia, Indonésia, Argentina e Índia, que já implementaram restrições à exportação de produtos agrícolas (Wilkinson et al., 2016).

3.2 A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS CHINA-BRASIL

A relação entre Brasil e China possui uma longa história, destacando-se o Brasil como um dos pioneiros a reconhecer a República Popular da China como a única representante do país. Em 1974, após décadas de reconhecimento da República da China (Taiwan) como representante do povo chinês, o governo brasileiro investiu na busca por relações com a China Continental, seguindo os passos do governo dos EUA. A partir desse ponto, diversas iniciativas conjuntas foram empreendidas, resultando em avanços significativos na aproximação entre as duas nações. Um marco importante nesse processo foi a criação do programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) entre as agências aeroespaciais dos dois países (Holanda, 2016).

Em busca de superar o relativo isolamento internacional após os eventos de Tiananmen em 1989, o governo chinês direcionou seus esforços para

fortalecer a parceria com o Brasil (Feng, Huang, 2014). Em 1993, durante a visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, foi lançada a "Proposta de Quatro Pontos para Promover a Cooperação Amigável Sino-Brasileira" (Shang, 2003, p. 297). Um dos pontos destacava a necessidade de "continuar avançando com o desenvolvimento das relações comerciais bilaterais com vistas a promover a mútua prosperidade e dar exemplo de cooperação Sul-Sul". Em visitas subsequentes, como a do Ministro de Relações Exteriores da China, Zhu Rongji, o termo "Parceria Estratégica" foi utilizado pela primeira vez, consolidando ainda mais os laços entre ambos os países (Holanda, 2016). Esses passos não apenas simbolizaram a busca da China por uma maior cooperação internacional, mas também evidenciaram o comprometimento mútuo em fortalecer uma parceria estratégica abrangente entre as nações.

A Parceria Estratégica, é uma nomenclatura utilizada pela China para identificar parceiros de alta potencialidade e com agendas complementares. Promovendo a formação de fóruns e consultas bilaterais em vários níveis. Surgindo em 2004, a COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, uniu as altas cúpulas dos governos Brasileiro e Chinês em um fórum comum. O memorando redigido em 2004 possui quatro princípios: 1. a confiança mútua, tendo por base o diálogo igualitário; 2. o intercâmbio econômico-comercial como elemento imprescindível para o benefício mútuo; 3. o estímulo à cooperação nas mais diversas áreas; 4. e a conexão entre as sociedades brasileira e chinesa (BRASIL, 2004).

Apesar da COSBAN ser o fato mais conhecido do encontro, no mesmo ocorreu a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Comércio e Investimentos, que promoveu o reconhecimento por parte do governo brasileiro, da China como economia de mercado segundo os preceitos da OMC (Organização Mundial do Comércio). Assim, reduziu os casos em que o Brasil utilizaria de medidas compensatória, ou salvaguardas, frente a competição de produtos chineses (MASSUQUETTI, 2013).

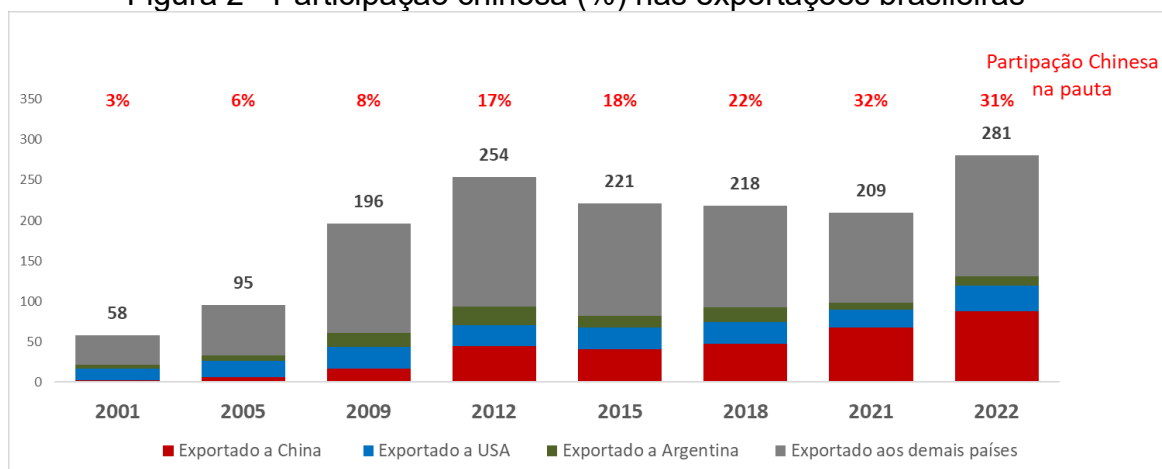
Em 2008, o governo brasileiro lançou o documento Agenda China, uma iniciativa conjunta dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Relações Exteriores; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Este documento delineou produtos com potencial de exportação para o mercado chinês. Além disso, o programa estabeleceu a ambiciosa meta de "triplicar as

exportações brasileiras para a China até 2010 e atrair investimentos chineses para o Brasil, especialmente nas áreas de infraestrutura e logística" (MDIC, 2008, apud Massuquetti, 2013, p.7). Essa estratégia reflete o compromisso do Brasil em impulsionar sua presença econômica e atrair investimentos estratégicos da China, consolidando ainda mais os laços entre as duas nações.

O período que se inicia em 2004, marcado pela assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014, oferece uma extensa gama de elementos institucionais que possibilitam uma compreensão mais aprofundada do notável aumento nas relações econômicas entre Brasil e China. Ao examinarmos a balança comercial brasileira, deparamo-nos com cifras que podem, inicialmente, surpreender. A China não apenas representa uma significativa fatia de nossas exportações totais, mas no âmbito do setor agroexportador, percebemos que uma considerável porção dos produtos originários de nosso país encontra destino na Ásia, como podemos ver na Figura 2.

Segundo Pereira (2018) para o país, estes acordos são compreendidos como um “exercício de fortalecimento da China no cenário político/ econômico a procura de (novos) padrões” buscando a resiliência fora do escopo de instituições influenciadas pelos EUA. Através da criação de “normas e padrões de negociações nos diversos campos incluídos nos atuais acordos de livre comércio” (Pereira, 2018, p. 191).

Figura 2 - Participação chinesa (%) nas exportações brasileiras



Fonte: Autor. Dados de: TradeMap (2017).

A composição da pauta exportadora de ambas as nações está alinhada com os princípios da Nova Divisão Internacional do Trabalho. A China, como potência emergente, passou por um processo de industrialização e urbanização, enquanto o Brasil, em resposta a duas décadas de crise econômica, testemunhou um retorno à primarização. Até a década de 1990, o padrão de comércio entre China e Brasil era praticamente restrito às exportações industriais do Brasil, reflexo de seu parque tecnológico mais avançado. Em ambas as extremidades dessa relação, as empresas estatais desempenharam um papel central nos fluxos comerciais, associadas a investimentos públicos (Wilkinson *et al.*, 2016).

No período examinado, tanto as importações quanto as exportações experimentaram um notável crescimento. A partir de 2009, a China ascendeu como o principal parceiro comercial do Brasil, não apenas como fonte de investimentos, mas também como fornecedora de produtos manufaturados. O Brasil, por sua vez, assumiu o papel de principal fornecedor de grãos para rações na China (juntamente com os Estados Unidos), desempenhando um papel crucial no suprimento de proteínas animais para a crescente população urbana chinesa. Apesar da indiscutível importância da China no comércio brasileiro, especialmente no setor do agronegócio, outros mercados têm experimentado crescimento. Países como Índia, Rússia, nações do Oriente Médio e África têm adquirido maior relevância na pauta brasileira. Apesar da diminuição relativa na participação dos Estados Unidos e da União Europeia como destinos das exportações brasileiras, sua significância quantitativa não deve ser subestimada (Hiratuka; Sarti, 2018).

O impacto da China no comércio agrícola global é considerável, impulsionado por sua demanda por matérias-primas e produtos alimentícios importados. Ao longo do tempo, a evolução da demanda de importação chinesa provocou alterações nos padrões globais de comércio agrícola, exercendo um impacto significativo nos Regime Alimentares. No final da década de 1980, as importações chinesas de grãos e algodão experimentaram um aumento substancial, em consonância com a expansão das reformas econômicas. A urbanização desempenhou um papel crucial nesse cenário, contribuindo para o aumento do consumo de proteína animal e, por conseguinte, intensificando a demanda por importações na China (Gale *et al.*, 2015). Segundo dados das

Nações Unidas (2000), a população chinesa atingiu 1,27 bilhões em 2000, dos quais 36% residiam em áreas urbanas. Esse número aumentou para 1,41 bilhões em anos subsequentes, com 61% da população vivendo em áreas urbanas, refletindo um crescimento médio anual de 4,43% (Massuquetti, 2013).

Apesar de sua tradição agrária, a China vivenciou um crescimento substancial no valor das importações alimentares ao longo das últimas décadas. O país desenvolveu uma dependência seletiva, focalizando principalmente a importação de produtos que demandam vastas áreas para sua produção, como as "*flex crops*" (soja), celulose, madeira, tabaco e algodão. A internacionalização chinesa tornou-se mais pronunciada a partir de 2004, coincidindo com sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). Embora a China tenha registrado um aumento significativo na produção agrícola, especialmente de produtos considerados essenciais, seu papel como importador agrícola também se ampliou. Persistem tensões entre os objetivos de alocação orientada pelo mercado e a busca pela autossuficiência. Projeções indicam a continuidade da expansão do comércio, mas a avaliação da demanda de importação enfrenta desafios devido a inconsistências regulatórias, intervenções de mercado e lacunas nos dados disponíveis (Gale *et al.*, 2015; Wilkinson *et al.*, 2016).

A adesão da China à OMC tinha como objetivo impulsionar reformas orientadas para o mercado, contudo, ainda preservou um elevado grau de subsistência em cereais tradicionais da dieta chinesa, como arroz e trigo, bem como em outros produtos intensivos em mão de obra, a exemplo de hortaliças e frutas. Podemos ver esta relação no Quadro 1. Paralelamente, o país consolidou sua posição como um importante exportador desses produtos, principalmente para mercados desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul (TradeMap, 2023; Wilkinson *et al.*, 2016; Gale *et al.*, 2015; Wesz *et al.*, 2023).

Quadro 1 – As exportações e importações chinesas no setor agrícola

Importados			Exportados		
Produto	Quantidade - t	%	Produto	Quantidade - t	%
Total	223.840.640	100%	Total	39.388.713	100%
Sementes de soja, mesmo partidas (expt. para sementeira)	91.081.427	41%	Alho, fresco ou refrigerado	2.035.905	5%
Milho (expt. sementes para sementeira)	20.618.071	9%	Arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou vidrado	1.904.132	5%
Sorgo de cereais (expt. para sementeira)	10.140.182	5%	Gorduras e óleos animais ou vegetais e suas frações, cozidos, oxidados, desidratados, sulfurados, ...	1.584.368	4%
Trigo e Meslin (expt. sementes para sementeira e trigo duro)	7.277.787	3%	Resíduos do fabrico de amido e resíduos semelhantes	1.547.792	4%
Raízes e tubérculos de mandioca "mandioca" frescos, refrigerados, congelados ou secos, mesmo fatiados ...	7.110.072	3%	Preparações dos tipos utilizados na alimentação animal (expt. alimentos para cães ou gatos acondicionados para venda a retalho)	1.197.240	3%
Cevada (expt. sementes para sementeira)	5.759.998	3%	Tomates, preparados ou conservados, excepto em vinagre ou ácido acético (expt. inteiros ou em ...	954.155	2%
Óleo de palma e suas frações, mesmo refinado (expt. modificado quimicamente e em bruto)	4.941.533	2%	Cebolas e chalotas frescas ou refrigeradas	835.088	2%
Açúcar bruto de cana, em forma sólida, sem adição de aromatizante ou corante (expt. cana ...	4.639.257	2%	Legumes, crus ou cozidos a vapor ou a ferver em água, congelados (expt. batatas, ...	826.009	2%
Amido de mandioca	4.310.081	2%	Glicose em forma sólida e xarope de glicose, sem adição de aromatizante ou corante ...	823.700	2%
Outros	67.962.232	30%	Outros	27.680.324	70%

*excluindo a exportação de água para Hong Kong e Macau

Fonte: Elaboração do autor. Dados: Trademap, 2023.

O aumento substancial nas importações chinesas, em grande parte, pode ser atribuído à crescente demanda do país por alimentos destinados à criação de animais, como rações e farelos, especialmente milho e soja. O mix de importações na China também reflete escolhas deliberadas por parte das autoridades para impulsionar a entrada de rações para animais - feeds, enquanto priorizam a autossuficiência de grãos de cereais destinados ao consumo humano. Para enfrentar a escassez de matérias-primas na alimentação animal, as autoridades chinesas implementaram medidas como a redução de tarifas e a eliminação do imposto sobre o valor agregado para importações de farelo de soja, DDGs (subprodutos da moagem de grãos) e outros insumos na metade da década de 1990. A tarifa sobre a soja foi reduzida para 3%, tanto antes quanto depois da adesão da China à OMC, e as cotas de importação para soja e óleo vegetal foram eliminadas (Gale *et al.*, 2015).

A comparação direta das economias agrícolas da China e do Brasil revela uma notável disparidade. Conforme dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), enquanto o Brasil contribui com

2% do valor global da produção agrícola, a China representa expressivos 26% (em bilhões de dólares correntes no ano de 2021). Contudo, é importante observar que essa cifra abrange a totalidade da produção agrícola, desde frutas e legumes até carnes e commodities. Devido à sua população que ultrapassa 1 bilhão de habitantes, a demanda chinesa por alimentos não se limita apenas ao mercado internacional, incluindo também produtos cultivados localmente, como frutas e legumes. Esses produtos, que tendem a ter um valor agregado e uma participação significativa de fator trabalho, contribuem para inflar o valor total. Portanto, se considerarmos exclusivamente as commodities, essas proporções se aproximam mais, com o Brasil detendo uma fatia de 10% e a China, 22% (em teracalorias - Tcal, em 2022) (Jank *et al.*, 2023).

O cerne das exportações agrícolas da China concentra-se em produtos de alto valor e intensivos em trabalho, que geralmente requerem processamento. O crescimento dessas exportações pode ser atribuído a uma combinação de vantagens de custo e apoio governamental. As autoridades chinesas desempenharam um papel crucial ao oferecer auxílio aos processadores de alimentos por meio de "subsídios, empréstimos e assistência técnica a empresas e cooperativas que adquirem uma mercadoria para processamento e exportação" (Gale *et al.*, 2015, p. 26, tradução nossa). Embora a parcela de importação de rações ainda seja significativa, os produtos, como carnes e outros de origem animal, também têm ganhado espaço na pauta de importações. Países como Estados Unidos, Brasil, Austrália e Nova Zelândia aumentaram suas exportações desses produtos para a China (Gale, *et al.*, 2015).

Quadro 2 – O fluxo de comércio Brasil-China de produtos agrícolas

China para Brasil			Brasil para China		
Produto	Quantidade - t	%	Produto	Quantidade - t	%
Total	175.871	100%	Total	62.870.956	100%
Preparations of a kind used in animal feeding (excl. dog or cat food put up for retail sale)	54.476	31%	Soya beans, whether or not broken (excl. seed for sowing)	53.740.400	85%
Garlic, fresh or chilled	22.402	13%	Raw cane sugar, in solid form, not containing added flavouring or colouring matter (excl. cane ...	4.323.345	7%
Glucose in solid form and glucose syrup, not containing added flavouring or colouring matter ...	15.478	9%	Frozen, boneless meat of bovine animals	1.238.016	2%
Dried vegetables and mixtures of vegetables, whole, cut, sliced, broken or in powder, but not ...	14.183	8%	Maize (excl. seed for sowing)	1.165.176	2%
Mushrooms of the genus "Agaricus", provisionally preserved, e.g., by sulphur dioxide gas, in ...	12.235	7%	Frozen cuts and edible offal of fowls of the species Gallus domesticus	539.651	1%
Guts, bladders and stomachs of animals (other than fish), whole and pieces thereof, fresh, ...	9.625	5%	Cotton, neither carded nor combed	521.500	1%
Wheat gluten, whether or not dried	3.557	2%	Frozen meat of swine (excl. carcasses and half-carcasses, and hams, shoulders and cuts thereof, ...	426.494	1%
Sugar confectionery not containing cocoa, incl. white chocolate (excl. chewing gum)	3.280	2%	Glycerol, crude; glycerol waters and glycerol lyes	308.454	0%
Active yeasts	2.810	2%	Crude soya-bean oil, whether or not degummed	162.732	0%
Outros	37.825	22%	Outros	445.188	1%

Fonte: Elaboração do autor. Dados: Trademap, 2023.

Segundo Oliveira (2015), apesar das crescentes exportações no complexo agroexportador brasileiro pelos chineses, os investimentos passaram a vir apenas na década passada. Principalmente relacionados a agroquímicos, infraestrutura logística/portuária, ainda tendo pouca presença direta na produção, o que que o autor chama de “normalização de um novo padrão de investimentos”. Até 2020, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses na América do Sul (Cariello, 2021). Apesar disso, o Brasil não buscar firmar algum tipo de acordo de livre comércio com a China, tendo como foco as preferências tarifárias, além de incluir as outras áreas de negociações (Pereira, 2018).

Goeconomicamente, o investimento direto também se configura como uma estratégia de diversificação de portfólio, particularmente no contexto das reservas internacionais. Até o ano de 2005, cerca de 67% desses ativos internacionais chineses eram mantidos na forma de moedas estrangeiras. No entanto, em 2015, esse percentual havia diminuído para 54%. Notavelmente, os Investimentos Diretos realizados em outros países foram os itens que mais

criaram nesse período (Poon, 2018). Assim, de maneira análoga ao processo de diversificação produtiva, a China também buscou novas formas de ativos como meio de salvaguardar e investir suas reservas. A proliferação desses acordos está intrinsecamente ligada à expansão do processo de internacionalização das empresas chinesas e às complexidades das negociações no âmbito multilateral, levando diversos países a optarem por acordos bilaterais (Poon, 2028; Wesz *et al.*, 2023)

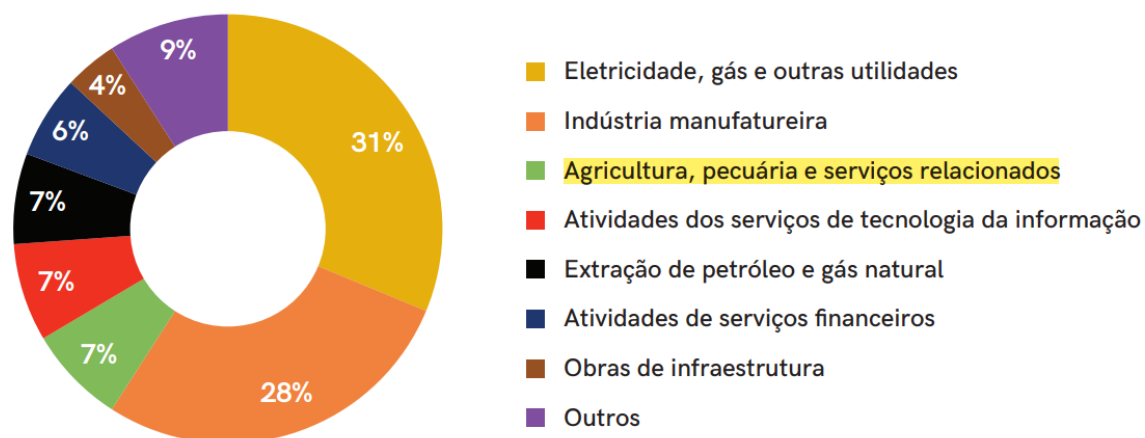
De acordo com Clark (2023), os projetos de investimento do Cinturão e Rota estão vinculados ao excedente de capital que muitas empresas chinesas acumularam, especialmente após a crise de 2008. No contexto do Complexo Soja, isso se manifesta na capacidade excedente de esmagamento existente na China (Wesz, 2023). Em face do receio de uma crise decorrente do excesso de oferta, o governo chinês busca estimular a exportação do capital excedente. Além disso, devido à influência e coerção que o governo pode exercer sobre as empresas privadas, estas intensificaram seus investimentos de risco em países em desenvolvimento. Ao somar as iniciativas de investimentos produtivos, a intenção é promover melhorias na infraestrutura física e financeira, bem como fortalecer a conectividade entre as nações, refletindo o conceito de "*soft power*". Essa abordagem visa incentivar o desenvolvimento regional e a integração econômica, impulsionar o crescimento chinês por meio de exportações e mitigar a capacidade excedente na indústria (Cai, 2017; Clark, 2023; Cousins, 2018; Ouriques, 2019).

No Brasil, a expansão dos investimentos chineses ocorreu principalmente por meio de empresas estatais durante o período analisado pelo CEBC, de 2007 a 2020. Nesse intervalo, 16 estatais chinesas estavam envolvidas em investimentos no Brasil, abrangendo setores como energia elétrica, infraestrutura, extração de petróleo, mineração e agricultura. Podemos observar isto na Figura 3. As empresas estatais representaram 39% dos projetos confirmados, mas detinham uma participação de 82% no estoque de capital investido. Em setores específicos, como exploração de petróleo e energia, a fatia das estatais alcançava 74%. Em contraste, em países com menor receptividade para investimentos em setores primários e estruturais, como os Estados Unidos e a Alemanha, a participação das empresas estatais chinesas é significativamente menor, atingindo 8%. No entanto, devido à proximidade das

relações entre setor privado e Estado na China, ainda persiste uma influência substancial do governo nesses investimentos, embora de maneiras mais indiretas (Cariello, 2021).

De modo geral, os investimentos chineses no Brasil foram realizados de maneira bastante ampla no período. Entre os anos de 2007 e 2020, “empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam US\$ 66,1 bilhões. Houve ainda 64 projetos não concretizados, com valor estimado em US\$ 44,5 bilhões” (Cariello, 2021, p. 10). Assim como, nos mais diversos setores, regiões e modalidades. Sendo assim, é necessário analisarmos brevemente o cenário macro para que na sequência possamos filtrar os referentes ao presente trabalho. Dentre os principais setores receptores de investimentos neste novo cenário, destacam-se os investimentos no setor agroexportador brasileiro, com 7% dos projetos confirmados entre 2007 e 2020. Como fica claro pelo Figura 3, os investimentos chineses no agronegócio, são uma pequena parcela do total investido. Portanto, apesar da importância relativa dada ao tema, dentro da pauta de investimentos chineses o setor não é central (Cariello, 2021).

Figura 3 - DIVISÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL, 2007 - 2020 (NÚMERO DE PROJETOS CONFIRMADOS)



Fonte: CEBC (2021).

3.3 O BRASIL NOS REGIMES ALIMENTARES

Em 2023 a produção de soja brasileira deve atingir o valor de 148,8 milhões de toneladas, um novo recorde e um valor 24,5% maior do que o do ano de 2022. A produção de milho deve atingir 125,2 milhões de toneladas, somando as lavouras de primeira e segunda safra, um valor 13,7 maior que o do ano de 2022. Além da soja e milho, o algodão, o sorgo, a cana-de-açúcar, o café, etc; são produtos agroalimentares conhecidos como commodities nos quais o Brasil tem grande participação global (Broadcast, 2023).

Quadro 3 - Posição do Brasil nas exportações mundiais em 2020, para alguns dos principais produtos exportados

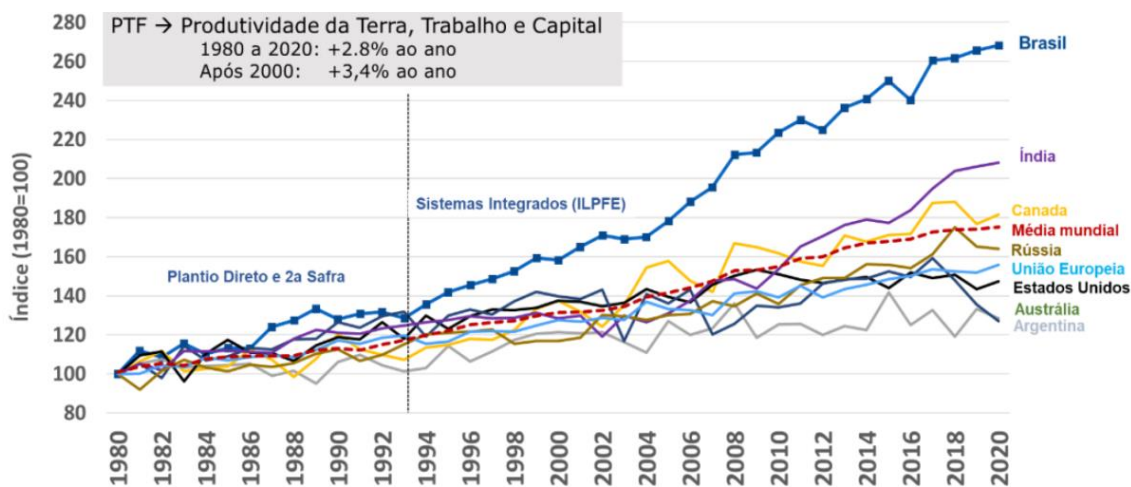
Produtos	Ranking na exportação e posição no <i>share</i> mundial	Número de países-destino nas exportações brasileiras
Açúcar	1ª (34%)	122
Café	1ª (29%)	73
Suco de laranja	1ª (59%)	66
Complexo soja	1ª (37%)	89
Carne de frango	1ª (28%)	136
Carne bovina	2ª (20%)	117
Milho e derivados	3ª (17%)	100
Carne suína	4ª (7%)	99
Algodão	2ª (24%)	27

Fonte: GILIO e JANK, 2021. Dados de UN Comtrade, 2021.

Além dos valores totais, os ganhos relativos obtidos pela produtividade agrícola através do índice de Produtividade Total dos Fatores (PTF), publicado pelo USDA (2023), para países selecionados, o Brasil aparece com o maior crescimento no índice nas últimas décadas. Segundo Jank et al, esta aceleração aconteceu em decorrência de da adoção de “técnicas como plantio direto e o crescimento do cultivo de 2ª safra e sistemas de integração passam a ganhar relevância no país, mostrando-se viáveis em sistemas tropicais” (Jank et al, 2023, p. 5)., auxiliando na solidificando o papel brasileiro como exportador de alimentos, enquanto:

[...] regiões como o Leste Asiático (incluindo China), o Oriente Médio e a África Subsaariana, apresentam os maiores saldos comerciais agrícolas negativos, refletindo a dependência de regiões mais produtivas, como a América Latina. (Jank et al, 2023, p. 6).

Figura 4 - Evolução da Produtividade Total dos Fatores (PTF) na Agricultura Global: índice (base 1980 = 100)



Fonte: Insper Agro Global, 2023. Dados: USDA/ERS, 2023.

Apesar de aqui mencionarmos aos valores de produtos primário, o agronegócio pode ser considerado como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas. Desde operações anteriores à produção, como a importação de insumo, máquinas etc. (antes da porteira), as atividades internas das fazendas (dentro da porteira); e posterior armazenagem, processamento e distribuição (depois da porteira). Assim, segundo Davis e Goldeberg (1957) é necessária uma análise sistêmica, interligando as operações para além das fronteiras da propriedade rural. Segundo Callado (2006), no caso brasileiro, estamos falando de grandes produções em larga escala, tanto de plantio quanto de pecuária. Podemos incluir no setor do agronegócio “máquinas e equipamentos, aos abatedouros, às agroindústrias e ao transporte e distribuição” dentre outros participantes (Davis; Goldeberg, 1957 apud Oliveira, 2015; Callado, 2006).

Tradicionalmente a produção agrícola brasileira tem como foco o mercado externo. Este modelo de produção está ligado a sua comercialização pelas grandes empresas do setor, as tradings. Que segundo Cunha (2020, p. 75) “não atuam apenas na comercialização de mercadorias agrícolas, elas operam desde o pré-porteira, passando pelo dentro da porteira e no processamento de alimentos [...]”.

As empresas do setor tendem a buscar uma verticalização nas suas operações, e devemos agrupar o setor de produção/originação de produtos agropecuários com o setor de transportes devido a baixa margem de lucros provenientes destas operações, ou seja, a eficiência operacional e os custos logísticos são um fator de alta importância. Isto leva a uma natural busca por verticalização das operações, levando a formação de grandes conglomerados, também conhecidos com *tradings*, mencionadas anteriormente. Estas atuam tanto à montante como à jusante da originação, com o fornecimento de sementes, fertilizantes, escoamento, transformação (ex: farelo de soja, óleo de soja) e a logística de toda a cadeia.

Principalmente após a década de 80, o setor passou por um processo de concentração. Através de diversas falências, fusões e aquisições; grandes empresas agiram de modo agressivo para incorporar as menores, levando a uma concentração de mais de 70% da comercialização mundial de grãos concentrada nas ABCD + COFCO. Para além de fornecer insumos e comprar a produção de fazendas, estas empresas detêm ativos logísticos como armazéns e terminais portuários e de transbordo (Cunha, 2020; Cunha, Espíndola, 2015).

No contexto brasileiro, as corporações internacionais têm um papel central na configuração do Regime Alimentar. Associadas a fatores estruturantes como contextos econômicos, demandas e considerações agronômicas, essas empresas têm desempenhado grande controle do mercado (Espíndola; Cunha, 2015; Hirakuri; Lazzarotto, 2014).

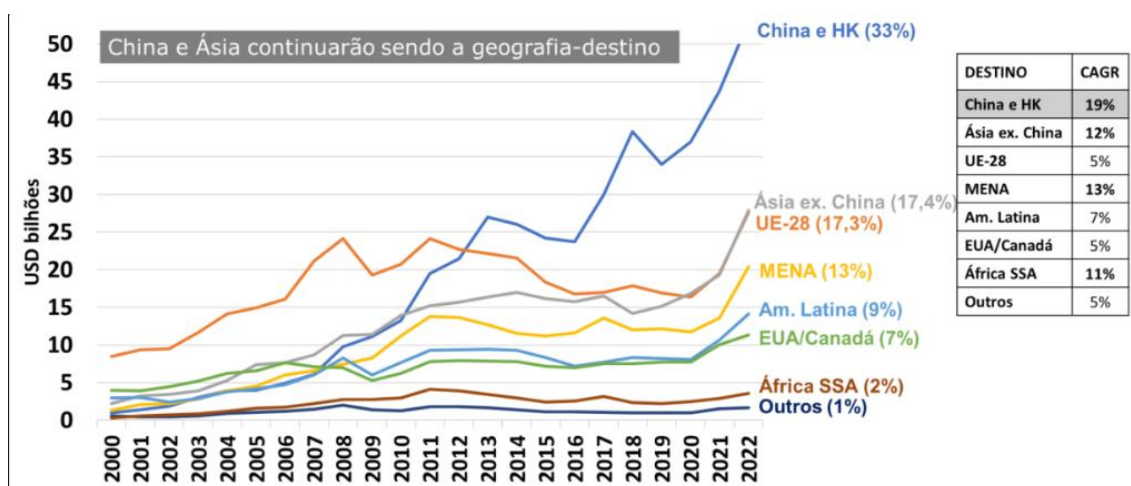
A produção agrícola brasileira tem experimentado um crescimento contínuo, impulsionado não apenas pela demanda chinesa, mas também por outros países em desenvolvimento. A conjunção do aumento dos preços internacionais e o influxo de investimentos no setor tem promovido um processo contínuo de modernização e expansão territorial (Cunha, 2020; McMichael, 2019). Assim, os últimos 20 anos podem ser divididos em dois períodos distintos.

De 2000 a 2010, as exportações do agronegócio apresentaram uma taxa de crescimento anual médio (CAGR) de 16%, com destaque para a soja, milho, algodão, açúcar/etanol e carnes. Já entre 2010 e 2020, a média de crescimento foi de 3% ao ano, com os principais produtos sendo algodão, milho e soja (Jank *et al.*, 2021). Como podemos ver na Figura 5, ao longo dessas duas décadas, a Europa consumiu 43% das exportações agrícolas brasileiras, enquanto os EUA

responderam por 19%. No entanto, desde então, a China e regiões como África e Oriente Médio tornaram-se os maiores compradores (Assis; Silva, 2020). Esse panorama reflete as mudanças dinâmicas nos padrões de comércio e a crescente importância de mercados emergentes na demanda por produtos agrícolas brasileiros.

Principalmente nos últimos 10 anos ocorre um crescimento da demanda chinesa por produtos agropecuários. Apesar do aumento tanto da oferta quanto da demanda ter sido o principal fator para o aumento das exportações no período, a desvalorização cambial do Real também influenciou o aumento das quantidades exportadas. Apesar disso, o Brasil aumentou significativamente a sua participação nos mercados de seus produtos exportados, representando em 2000, 4% das exportações mundiais do setor e em 2010 cerca de 7%. Fatores conjunturais geopolíticos também influenciaram estes valores como a guerra comercial entre China e EUA e a epidemia de peste suína africana na Ásia (Jank *et al*, 2021).

Figura 5 - Evolução das exportações do agronegócio brasileiro, por geografia-destino (em bilhões de dólares correntes e em porcentagem relativa ao valor total das exportações agrícolas brasileiras em bilhões de dólares correntes, entre 2000 e 2022)



Fonte: Insper Agro Global, 2023. Dados: SECEX, 2023.

O aumento das exportações não significou uma diversificação delas. No setor do agrícola, de acordo com a pesquisa realizada por Jank *et al.* (2021) o Brasil apresenta um dos piores índices GSDI - *Global Sectoral Diversification Index* de 0,30 no comparativo com outros países, apresentando taxas anuais de

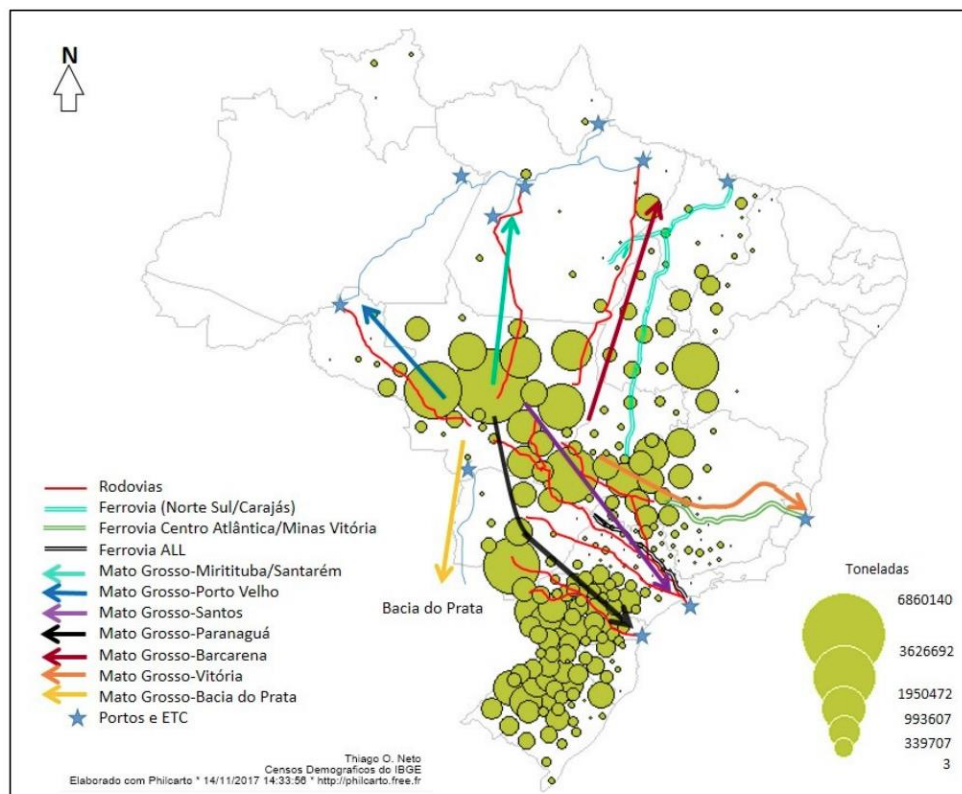
crescimento negativas, portanto queda da diversidade das exportações do agronegócio. Um cenário bastante diferente de outros grandes agroexportadores como EUA, Canadá, UE, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Ucrânia e Rússia. Sendo mais semelhante a Afeganistão - 0,23 e Mongólia - 0,28 (Jank *et al.*, 2021).

Atualmente o principal driver da demanda por esmagamento de soja é a produção de ração para alimentação animal, mesmo que o preço do óleo de soja seja mais alto. Segundo Schneider e Oliveira (2016) havendo uma grande relação entre os setores produtores de grãos e a pecuária. Enquanto no Brasil o biocombustível também tem sido um driver para o esmagamento da soja e retirada do óleo, na China o biocombustível ainda é muito incipiente (Schneider; Oliveira, 2016). Segundo Cunha (2020), entre 2003 e 2019 o consumo mundial de soja aumentou em 84%, e a produção é destinada em:

[...] cerca de 82,2% da produção de grãos é destinada ao esmagamento, dos quais 78,6% são para farelo e 18,4% [...] para óleo de soja. E esse farelo, sobretudo, é matéria-prima para agroindústria de ração, [...] visando o mercado de carnes (aves, bovinos e suínos) (Cunha, 2015, p. 47).

A consolidação dos mercados internacionais contribuiu para a sofisticação das cadeias produtivas da soja, com a incorporação de tecnologias que resultaram em processos totalmente automatizados. Além disso, o financiamento por parte de empresas e bancos públicos para a aquisição de terras e maquinário desempenhou um papel crucial nesse avanço, sendo as tradings peças-chave nesse processo (Cunha, 2020). A capitalização do setor foi fundamental para o desenvolvimento dessas capacidades. A expansão geográfica da produção de grãos para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, antes concentrada nas regiões Sul e Sudeste nas décadas de 60 e 70, foi acompanhada pelo desenvolvimento de infraestruturas logísticas para exportação da produção e importação de insumos (Oliveira Neto, 2019). As regiões Centro-Oeste e Norte ofereceram uma vantagem à produção de grãos, já que, após a correção do pH do solo, essas áreas tornaram-se tão produtivas quanto as regiões Sudeste e Sul. Além disso, devido às condições climáticas favoráveis, nessas regiões é possível realizar dois plantios por ano, um de soja e outro de milho (Cunha, 2020, Oliveira Neto; Nogueira; Théry, 2018).

Figura 6 – Origem da produção de soja e os corredores de exportação



Fonte: NETO; THERY, 2018. Dados de: IBGE.

Com a promulgação da Lei Kandir (1996) que estabelece a isenção de ICMS no “envio ao exterior de mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados ou serviços” (Brasil, 1996); o setor agroexportador passou por um novo período de boom (Cunha, 2020). De acordo com Salomão (2023) para uma matéria para o Valor Econômico, a cadeia produtiva da Soja possui isenção de 100% das alíquotas de PIS/Pasep, Cofins e IPI, desde a aquisição de insumos, “como sementes, defensivos e adubos, processamento do grão em óleo, farelo e biodiesel e as operações de venda aos mercados interno e externo” (Salomão, 2023).

As transformações que impulsionaram a competitividade do agronegócio brasileiro foram resultado de um extenso processo político de reorganização das bases tradicionais e conservadoras da política brasileira. A monocultura latifundiária sempre foi fundamental na estrutura política do país, desde o ciclo do café até a atual "República da Soja". Os participantes da cadeia agroexportadora detêm uma representação política significativa por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que compreende um quarto da

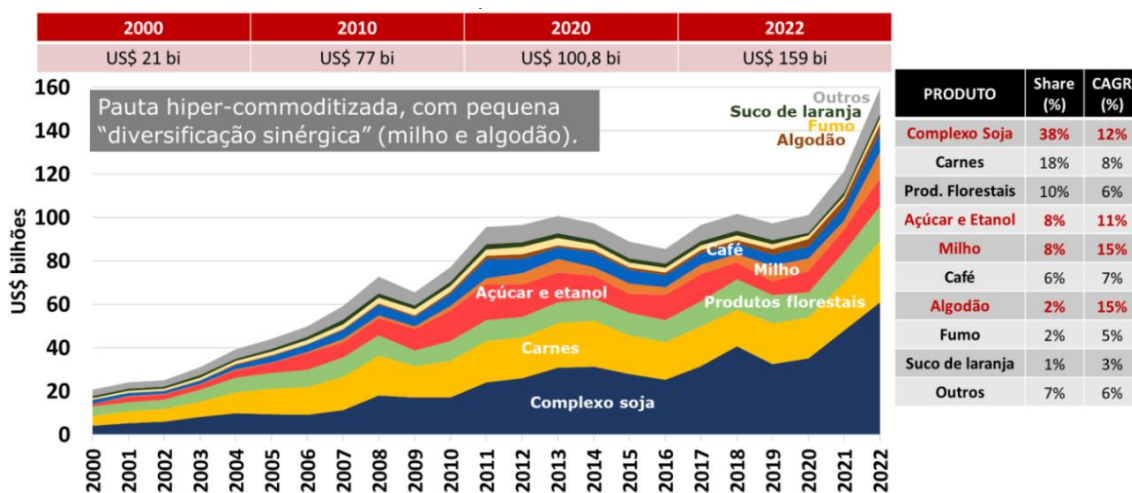
Câmara dos Deputados. Esse acordo de elites, conforme mencionado na seção sobre o desenvolvimento chinês (Nogueira, 2017), está centralizado no processo da “junção dos interesses da burguesia agrária, do capital agroindustrial e das políticas macroeconômicas” (Tixiliski, 2023, p.8).

Em resumo, os fatores citados acima (agronômicos, logísticos e geoeconômicos) tornaram as exportações brasileiras de grãos e carnes especialmente competitivas no mercado internacional. Os principais competidores a aos grãos brasileiros são os EUA e a Argentina, ambos grandes produtores de soja e milho e seus derivados. Comparados com o Brasil, estes países:

A desvantagem da Argentina no pós-porteira, mesmo com o baixo custo de produção e dos custos de frete interno (devido à proximidade das principais áreas de produção aos portos), são os altos custos da política de impostos e riscos de restrições à exportação, que por essa maneira, reduzem as margens de lucros dos produtores. A soja norteamericana, é transportada para os portos em barcaças e ferrovias de menor custo, enquanto no Brasil a transferência da soja é realizada, em maioria, através do modal rodoviário, que por sua natureza tem custos mais elevados (Cunha, 2020, p. 68).

Embora o complexo da soja seja central no presente trabalho, sendo uma das indústrias mais recentes e de maior importância nas relações comerciais entre China e Brasil, outros produtos brasileiros também desempenham um papel crucial. Tanto na pauta de exportação para a China quanto nos valores gerais, produtos como carnes, celulose, açúcar, algodão, couro e tabaco têm grande relevância. A carne bovina, em particular, é a mais consumida globalmente. Apesar do aumento de aproximadamente 50% no consumo e produção de carne de frango na China, o Brasil experimentou um aumento de mais de 100% na produção, consolidando o país como o maior exportador de carnes de aves (Cunha, 2020).

Figura 7 - Evolução das exportações do agronegócio brasileiro, por produto
(em bilhões de dólares correntes, entre 2000 e 2022)



Fonte: Insper Agro Global, 2023. Dados de: SECEX, 2023.

Outro elemento crucial para o crescimento da produção agrícola é a expansão das atividades para regiões não tradicionais da agropecuária extensiva. As regiões Centro-Oeste e Norte, que antes eram apenas áreas de expansão para o capital excedente das regiões Sul e Sudeste, tornaram-se o principal motor do agronegócio brasileiro. Essa mudança na localização da produção agrícola no Brasil foi impulsionada por dois fatores principais: o desenvolvimento de tecnologias e técnicas que viabilizaram o plantio em terras antes consideradas pouco produtivas, e a expansão da malha viária pelo interior do país, seguida pela ocupação dessas áreas para pecuária e agricultura (Oliveira, 2019). Apesar dos significativos investimentos na região, o contexto logístico da Amazônia Legal ainda enfrenta desafios consideráveis, o que limita os ganhos de eficiência nesse cenário.

A fluidez no transporte de carga resulta da demanda que envolve a produção e o subsequente deslocamento pelo território de determinada atividade produtiva. Isso requer, em todos os casos, uma estrutura complexa de pontos, nós e linhas, formando uma rede de circulação e armazenamento, operada por corporações de capital nacional e internacional. No entanto, essa necessidade vital para a reprodução constante das estruturas produtivas está intrinsecamente ligada à existência de elementos que compõem o suporte aos fluxos, predominantemente constituídos por rodovias, ferrovias e hidrovias.

Atualmente, há significativos investimentos na cadeia logística de transporte de carga no Brasil, com foco especial nos grãos, especialmente na expansão para o Norte do país, notadamente na região amazônica. Contudo, a infraestrutura logística ainda não está totalmente desenvolvida nessa área, necessitando de investimentos privados para construção de infraestruturas que possibilitem o transbordo eficiente entre os modais rodoviário e fluvial. Essa mudança na dinâmica logística é evidenciada pelo surgimento do Arco Norte, um conjunto de instalações portuárias formado para facilitar a exportação de grãos, desviando parte do fluxo tradicional dos portos do Arco Sul, que historicamente dominavam o setor. O desenvolvimento desse novo corredor é impulsionado por empresas internacionais como Cargill e Amaggi, que estabeleceram operações na região, especialmente em Porto Velho/RO e Santarém/PA, contribuindo para a transformação do padrão logístico brasileiro.

A construção de novos portos, a pavimentação de rodovias estratégicas, como a BR-163, e o investimento em terminais privativos na região amazônica são fatores que destacam a importância do capital privado e internacional nessa transformação logística. O Arco Norte, que abrange as regiões Nordeste e Norte do Brasil, tornou-se uma alternativa mais atraente para a exportação de grãos, superando desafios de distâncias extensas e custos elevados de transporte. O influxo de capital internacional na região, com a presença de grandes operadores no comércio de commodities, evidencia a prioridade de investimentos no setor do agronegócio e do capital transnacional na Bacia do Amazonas, representando uma das mais significativas alterações no padrão logístico brasileiro.

Estas alterações de acordo com a tese de Santos (2004 apud Oliveira Neto, 2019) em que se destaca que os “objetos geográficos existentes e dispersos no território estão articulados e que cada um permite o desenvolvimento de alguma atividade” (Santos, 2004 apud Oliveira, 2018, p. 10). Assim, a região se torna foco de investimentos logísticos, mas também de investimentos *follow up*, em setores que existem em paralelos aos mesmos, desde beneficiamentos de grãos a manutenção de veículos.

4. AS EMPRESAS CHINESES NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE

4.1 OS INVESTIMENTOS CHINESES NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Nas últimas duas décadas, os investimentos da China no complexo da soja têm se consolidado. A cadeia produtiva tem despertado considerável interesse de empresas chinesas, abrangendo desde a produção e comercialização dos grãos até a distribuição de insumos, como agroquímicos e fertilizantes, além do aporte em infraestruturas logísticas, como terminais portuários e armazéns. Apesar da variação significativa no nível de maturidade desses investimentos, com empresas como a COFCO solidificando sua presença no mercado brasileiro, outras não alcançaram o mesmo patamar de sucesso. Assim:

A análise dos estudos de caso das maiores empresas estatais da China 'going global' revela muito sobre o capitalismo de Estado chinês e evidencia as contradições, continuidades e dinâmicas inerentes à mudança no regime alimentar contemporâneo em transição (Belesky, 2019, p.17, tradução nossa).

O processo de entrada das empresas chinesas no Brasil, fez parte do programa *Going Out*, que através de estratégias já aplicadas no continente africano e sudeste asiático, buscaram desenvolver operações verticalizadas, partindo na originação, ou seja, da plantação. Esta fórmula se provou ineficaz, como veremos (Oliveira, 2015). De acordo com Escher e Wilkinson (2019):

[...] o estado chinês, através da política de *going out*, apoia as empresas chinesas a investir em terras e recursos agrícolas, a montar operações de processamento, a construir capacidades logísticas, a cooperar com e a adquirir firmas estrangeiras, a fim de expandir o alcance global das empresas estatais e privadas da China a ponto de começar a ameaçar seriamente o poder das corporações transnacionais líderes do setor agroalimentar do Atlântico Norte (Escher; Wilkinson, 2019, P.14).

Segundo Cariello (2021) há uma relação direta entre o aumento do comércio Brasil-China e o aumentos dos investimentos:

Foi em consonância com o crescimento exponencial do comércio bilateral e na esteira da extroversão global das empresas chinesas que o Brasil começou a ser percebido pela China como um potencial destino para novos investimentos (Cariello, 2021, p.16).

A abordagem de Assis e Silva (2020) propõe uma divisão nas relações comerciais entre China e Brasil, distinguindo o período pré-2008 e pós-2008.

Inicialmente, a projeção internacional chinesa era caracterizada pela manutenção das estratégias estabelecidas no início do processo de abertura na década de 1970, com uma abordagem política menos ativa e um enfoque comercial centrado na exportação. Entretanto, a crise de 2008 desencadeou uma revisão dessas estratégias, levando a China a buscar alternativas para manter os elevados índices de crescimento, agora com uma ênfase maior em suprir o mercado interno. Consequentemente, o capital excedente proveniente das atividades industriais de base exportadora começou a se direcionar para mercados externos em desenvolvimento. Essa mudança reflete não apenas uma adaptação econômica às circunstâncias, mas também uma alteração na postura política e comercial da China em sua interação com o Brasil. Discorrendo sobre o espalhamento geográfico do capitalismo Harvey diz que:

O excedente de capital em quantidade sempre maiores, sobretudo com a produtividade da terceira revolução industrial, e com o período hegemônico de financeirização da economia, após a década de 1970, moldam uma geopolítica do espaço mundial, processos que tentam recriar medidas que possibilitem a continuidade do crescimento econômico e, assim, utilizar a reestruturação e de novas dinâmicas econômicas e políticas nos territórios nacionais como saídas para as crises periódicas geradas pela não absorção desses excedentes de capital (Harvey, 2005 apud de Assis; da Silva, 2020, p.4).

Como decorrência deste “espalhamento” do capital através do investimento em setores e regiões ainda pouco exploradas, diversas cadeias de valor passaram por um período de grande aperfeiçoamento, tanto através do investimento direto de empresas chinesas ou indiretamente pelo aumento da demanda por certos produtos.

Apesar da diversificação em termos de empresas e setores de atividades, observa-se uma concentração relativa dos valores investidos em setores primários e de serviços. Os dados refletem uma estratégia voltada para assegurar fontes de fornecimento de recursos básicos e bens intermediários, embora haja também uma participação significativa nos setores manufatureiros, especialmente no período mais recente. No intervalo de 2003 a 2019, a China se destacou como o segundo país que mais investiu no Brasil em termos de estoque de capitais, representando 30,9%. Essa posição fica logo atrás dos Estados Unidos, que detêm uma fatia ligeiramente maior, com uma participação de 31,2% (Cariello, 2021; Hiratuka; Sarti, 2016).

Apesar da importância desta relação econômica, ela não acontece de modo dual para os investimentos. Enquanto a China tem um grande importante para a entrada de capitais no Brasil ele não pode se dizer do Brasil para a China. A presença brasileira no país ainda é muito insipiente e concentrada em poucas empresas industriais com foco para a exportação, havendo uma integração mais forte na “esfera comercial que na produtiva (assim explicando) o padrão de integração produtiva por meio do investimento direto estrangeiro (IDE)” (Hiratuka; Sarti, 2016, p. 10).

4.2 PRIMEIRA ETAPA (2000 – 2012): ENTRADA INDIRETA E PRIMEIROS PASSOS

Diversos autores dividem este processo de entrada de empresas chinesas em algumas etapas. Segundo Wilkinson et al (2016) podemos dividir a presença chinesa no agronegócio brasileiro em etapas, que coexistem e são influenciadas pelo ambiente regulatório, nível de maturidade e contexto internacional. A primeira fase é marcada pela “emergência da China como um player global no mercado de commodities” (Escher; Wilkinson, 2019, p. 17), ainda principalmente pela via indireta. Como mencionado no capítulo anterior com o início do terceiro período dos Regimes Alimentares, o Regime Corporativo, o comércio de produtos agrário se liberalizou e passou a ser controlado por grandes empresas multinacionais. Assim a China ao buscar no mercado por estes produtos fazia uso de intermediários, principalmente tradings ABCDs (Escher; Wilkinson, 2019; Mcmichael, 2019; Wilkinson; Wesz Junior; Lopane. 2016).

Com a crescente necessidade de produtos importados e ficando clara a sua dependência internacional para alguns produtos, foi tomada a escolha estratégica de investir na formação de grandes empresas chinesas para atuar como *tradings* internacionais fora do guarda-chuva das empresas tradicionais. Com o processo de capitalização ocorrido na agricultura chinesa nas décadas anteriores, associado ao programa *Going Out* , diversas empresas estavam em condição de atuarem no mercado internacional (Wilkinson et al., 2016; Escher; Wilkinson, 2019). O boom das commodities está associado a este processo de crescente demanda.

No mercado brasileiro, a entrada dessas empresas ocorreu de forma gradual, marcada pelo pioneirismo da Chinatex Corporation em 2003, que buscava atuar nos segmentos de trading, originação e logística. Após alguns anos de operação no Brasil, a empresa foi incorporada pela COFCO, como parte de uma reorientação da estratégia internacional do governo chinês por meio de suas empresas estatais. A trajetória da Chinatex exemplifica um padrão que se repetiria nas últimas décadas, com empresas chinesas enfrentando desafios para estabelecer uma presença sustentável no mercado brasileiro, mas que, ao longo do tempo, acumulam experiências que culminam na formação de um conjunto de empresa chinesas ao redor da COFCO (Oliveira, 2015; Wesz *et al.*, 2019). O papel estratégico de estatais como a Chinatex Corporation e a COFCO é essencial para a implementação da estratégia de "*cut out the soy middlemen*" (cortar o intermediário), conforme descrito por McMichael (2019). Esse posicionamento visa reduzir os riscos associados à dependência de empresas não chinesas, consolidando o controle chinês ao longo da cadeia produtiva da soja.

A partir do ano de 2008 se intensificou a entrada de empresas chinesas no mercado brasileiro buscando fazer *greenfields* no processo de originação e partir dali construir uma cadeia verticalizada e independente. Assim:

Mas o que se quer enfatizar é que, embora a política de going out já existisse desde 2001, é a partir do estouro da crise de 2008 que inicia a segunda fase, quando se intensifica a saída das empresas chinesas no setor de agronegócios, particularmente na compra de largas porções de terra nos países do sudeste asiático, África e América Latina, incluindo o Brasil (Escher; Wilkinson, 2019, p. 17).

A partir de 2008, as negociações entre empresas chinesas e governos estaduais no Brasil se intensificaram, estabelecendo parcerias para atuar como intermediários e facilitadores na concretização de investimentos. Exemplos notáveis incluem os casos dos estados da Bahia e Goiás. Muitas dessas empresas optaram por adotar projetos-piloto, adquirindo fazendas de médio e pequeno porte para adquirir experiência no processo de originação e compreender as dinâmicas específicas do mercado brasileiro. Um exemplo ilustrativo desse enfoque é observado nas estratégias da Chongqing Grain Group e da Sanhe Hopeful Grain and Oil, as quais serão abordadas posteriormente (Oliveira, 2015).

Uma das narrativas mais marcantes envolve a Chongqing Grain Group e seus investimentos no oeste da Bahia. Inicialmente, a empresa gerou considerável controvérsia ao anunciar a intenção de adquirir mais de 120 mil hectares de terras já dedicadas à produção de soja, além de se comprometer a implantar uma unidade de esmagamento e um terminal ferroviário na região. Contudo, nesse mesmo período, foram aprovadas medidas no Congresso que restringiam a aquisição de terras por estrangeiros. Em meio à midiatização intensa do caso e à insegurança jurídica resultante dessas ações, a Chongqing Grain Group reduziu a quantidade de terras adquiridas. Em vez disso, duas outras empresas chinesas, a Zhejiang Fudi Agriculture Company e a Heilongjiang State Farm Company, adquiriram as terras. Essas propriedades passaram a ser geridas por meio da criação de uma subsidiária denominada Universo Verde Agronegócios (Oliveira, 2015).

Um dos principais motivos que impulsionou a midiatização do tema foi a evidente xenofobia associada à compra de terras, apesar de dados concretos não respaldarem a narrativa de que a China está "comprando o mundo". Na realidade, países da região do Golfo, da Europa e os Estados Unidos permanecem como as principais fontes de capital para a aquisição de terras em escala global (Escher; Wilkinson, 2019). De acordo com Oliveira (2015), a atenção da mídia brasileira foi resultado de uma estratégia intencional, coordenada por grandes entidades de produtores, industriais e economistas, com o objetivo de promover restrições à entrada de empresas chinesas no setor agroindustrial brasileiro. Essa abordagem destacou a complexidade da discussão em torno dos investimentos estrangeiros, enfatizando a necessidade de uma análise equilibrada e fundamentada nos dados reais.

Outra empresa citada por Oliveira (2015) é a *Sanhe Hopeful Grain and Oil Co.* empresa privada que atuava como *trading* e esmagadora de soja. A empresa possui grande proximidade com o governo provincial de Hebei, que foi central para o processo de negociação com o governo do estado de Goiás, para viabilizar os investimentos. Negociações entre *Sanhe Hopeful* e o governo de Goiás ocorreram em 2011, buscando desenvolver uma parceria em que a produção da região fosse exportada exclusivamente para a China. O Governo de Goiás requisitou um investimento volumoso na produção de produtores locais com este fim. Mas o *Sanhe Hopeful* não estava de acordo, pois eles tinham o

interesse em adquirir terras e fazer a originização, integrando totalmente a cadeia “[...] como eles procuraram operar fazendas próprias, como fazem na África e no Sudeste Asiático, em vez de financiar a produção e importação de soja.” (OLIVEIRA, 2015, p. 16, tradução nossa). Com a restrição a compra de terras por estrangeiros, as partes buscaram a entrada da empresa chinesa na cadeia logística da soja, instalando armazéns nas regiões próximas a Ferrovia Norte-Sul, que seria entregue em breve. Mas novamente, desacordos entre as partes deixaram claro que qualquer investimento chinês no agronegócio brasileira:

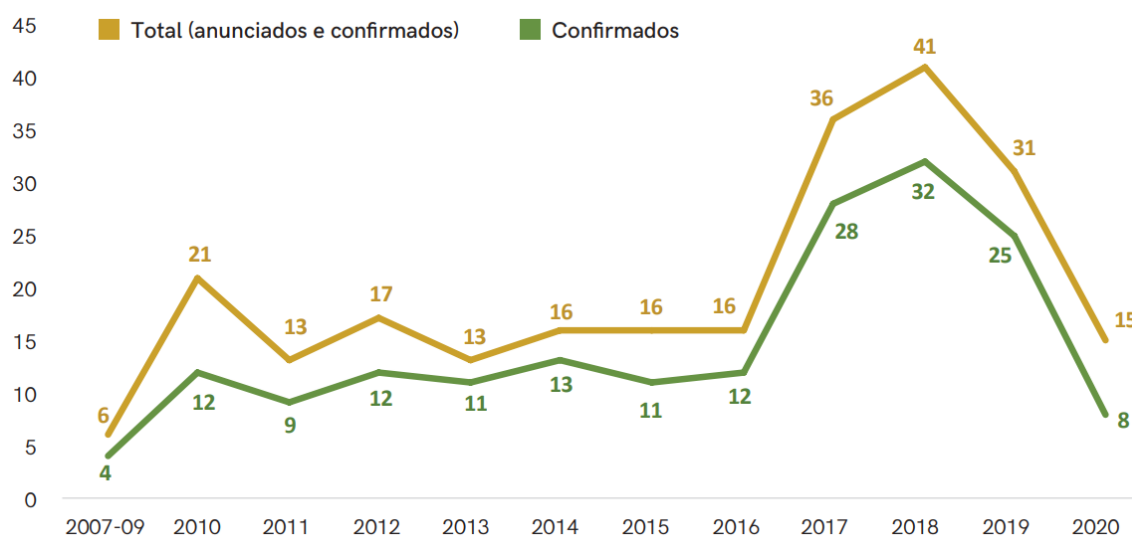
[...] a proposta do governo goiano foi estruturada como um empréstimo aos agricultores a ser pago em soja, mas não havia projeto concreto para a infraestrutura logística necessária para levar essa safra de Goiás para a China sem passar pelas empresas comerciais habituais que operam na região (ABCDs) (OLIVEIRA, 2015, p. 17).

Embora se fale muito sobre investimentos chineses, na realidade, eles ainda são escassos e encontram-se em diferentes estágios de maturação, sendo que a maioria sequer sai do papel. Apesar de os investimentos na aquisição de terras serem mais destacados na mídia, os esforços na comercialização de agroquímicos, fusões e aquisições, e outros investimentos em diversos elos da cadeia logística têm apresentado maior sucesso. Conforme destacado por Oliveira (2015), esses são os investimentos chineses mais bem-sucedidos no complexo da soja. Essa perspectiva ressalta a diversidade e a complexidade das estratégias chinesas no setor agrícola brasileiro. Concluindo, este primeiro momento não foi de sucesso nos projetos de investimentos *greenfield* pelos chineses, como fica claro segundo Oliveira (2015):

Até o final de 2011, as declarações públicas turbulentas da CGG deram lugar ao silêncio; seus executivos se recusaram a reconhecer publicamente sua propriedade de fato das terras agrícolas no Brasil. Eles também não confirmam ou negam que o projeto da unidade de processamento de soja foi abandonado, juntamente com suas intenções de construir uma fábrica de fertilizantes, armazéns, ferrovias e um terminal portuário. Certamente não seria conveniente para a CGG ou para o governo baiano admitir o abandono de um grande projeto que havia sido anunciado com tal alarde - incluindo endossos do prefeito de Chongqing e do governador da Bahia, que se visitaram e discutiram abertamente este projeto em várias ocasiões como um sinal de sua cada vez mais estreita "cooperação sul-sul (Oliveira, 2015, p. 16, tradução nossa).

Este é um exemplo claro do porquê devemos ter bastante ceticismo com investimentos que são apenas anunciados. Existe uma grande diferença entre valores e quantidades de investimentos anunciados e confirmados, como podemos ver na Figura 7. Devido ao impacto político que muitos destes investimentos tem, buscando mostrar aos constituintes que há investimentos sendo realizados, é comum que os governos no Brasil pressionem empresas a anunciarem investimentos, mesmo que sejam inviáveis a curto prazo.

Figura 7 - Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil (número de projetos) –
TODOS OS SETORES



Fonte: CARIELLO, 2021.

Como evidenciado na Figura 7, há uma notável discrepância entre o número de projetos anunciados e os efetivamente confirmados. Ao analisar os valores, essa disparidade se acentua ainda mais. Diversos fatores contribuem para o insucesso dessas operações. Apesar das dificuldades econômicas na década passada, o regime regulatório brasileiro permaneceu sólido, o que auxiliou na retomada dos investimentos. Adicionalmente, a pressão exercida pelos representantes brasileiros para a realização de contrapartidas, como a construção de uma unidade de esmagamento pela Chongqing Grain Group, também desempenhou um papel significativo. Outras dificuldades incluem os desafios associados aos projetos de engenharia e obtenção de permissões, a expectativa excessiva quanto à colaboração de agentes públicos na facilitação

dos empreendimentos, e a falta de equipes de gestão com experiência no mercado brasileiro (OLIVEIRA, 2015; WESZ et al, 2023).

Além desses aspectos, Oliveira (2015) aponta razões conjunturais, como o processo de reestruturação de empresas estatais após os escândalos envolvendo Bo Xilai, e maiores restrições por parte dos financiadores chineses, que buscam uma maior segurança nos investimentos, como contribuintes para a dificuldade na concretização desses projetos. Essa análise sublinha a complexidade e os desafios enfrentados pelos investimentos chineses no complexo da soja no Brasil.

4.3 SEGUNDA ETAPA (2012 – 2020): CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA NA COFCO E FORMAÇÃO DE UM ECOSSISTEMA DE EMPRESA CHINESAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation) é uma empresa estatal que solidificou sua posição como a principal empresa chinesa no setor agrícola, destacando-se como a maior processadora de alimentos e principal trading internacional da China. Sua presença abrange diversas cadeias integradas, não se limitando apenas à produção e comercialização de commodities agrícolas, mas estendendo-se para o processamento de alimentos, óleos e rações. A atuação da COFCO abrange toda a extensão, desde a origem dos insumos até a distribuição, produção agrícola e comercialização (Belesky, 2018).

Embora tenha origens anteriores, a empresa passou por uma significativa reestruturação nos anos 90, adotando uma estratégia diversificada e orientada para o mercado. A COFCO serviu como porta de entrada para o mercado chinês para diversas empresas por meio de *joint ventures*, acumulando assim uma considerável expertise internacional. Estabeleceu parcerias notáveis com empresas como ADM e Wilmar International no comércio de commodities, mas talvez seja mais conhecida por sua relação destacada com a Coca-Cola (Wesz et al., 2023).

Entre 2004 e 2016 a empresa adquiriu diversas empresas chinesas e estrangeiras que a levaram a entrar em novos mercados e consolidar sua posição como trading global, nas mais diversas áreas de atuação:

Por meio desses M&As (fusões e aquisições), é totalmente integrada ao *upstream* (provisão de crédito e sementes e

distribuição de insumos) e ao *downstream* (produção agrícola de ração e pecuária, processamento de carne, fabricação e branding de bebidas, formas de plataformas de vendas, serviços técnicos, de armazenamento, financeiros e de seguros, distribuição de produção, varejo de alimentos on-line) etapas das cadeias de valor agroalimentares, bem como outros ramos (da bioenergia à gestão hoteleira) (Wesz *et al.*, 2023, p. 10, *tradução nossa*).

A COFCO é cotada em várias bolsas de valores, com destaque para a Bolsa de Valores de Hong Kong, onde sua presença é mais significativa. Impulsionada pelos estímulos decorrentes da política pós-Crise de 2008, a empresa conseguiu expandir-se internacionalmente. Esse crescimento não se limitou apenas à obtenção de lucros com a comercialização de commodities, mas também envolveu a garantia do controle de recursos estratégicos, em consonância com as iniciativas macroeconômicas destinadas a impulsionar o consumo interno (Cunha, 2015; Wesz *et al.*, 2023).

Há mais de uma década, a COFCO iniciou uma série de aquisições de empresas privadas que atuavam em diversas cadeias agroalimentares. Em 2015, a empresa alcançou a posição de quarta maior trading do mundo, ultrapassando a Bunge. Assim, a COFCO passou a competir diretamente com as tradicionais empresas resultantes da consolidação do setor no segundo regime agroalimentar dos Estados Unidos, estando atrás apenas da ADM, Cargill e LDC. Essa ascensão destaca a significativa presença e influência global da COFCO no cenário do comércio agroalimentar.

Empresas como Mengniu Dairy (laticínio - 2009), Wugudaochang (macarrão instantâneo - 2009), Maverick Food Company (carnes - 2009), Longping Hitech (sementes - 2013). Mais recentemente em 2014, com mais impacto para o Brasil, foram adquiridas participações majoritárias nas empresas a Noble e Nidera. A COFCO forneceu 60% do financiamento para os investimentos da Noble e da Sidera, com os 40% restantes financiados por consórcio de investimentos bastante heterogêneo (BELESKY, 2018). Durante o governo de Xi Jinping, a empresa recebeu grandes incentivos fiscais, além de serem incorporadas por ela pelo governo central uma série de empresas estatais como a China Grains & Oils Group em 2006, China Grains & Logistics Corporation em 2013, e a Chinatex em 2016 (Wesz *et al.*, 2023).

Até 2005, uma parcela significativa da infraestrutura de beneficiamento de grãos na China estava nas mãos de empresas internacionais, como a Wilmar International e a Noble. Em busca de alterar esse cenário, a COFCO, incentivada pelo governo chinês, empreendeu aquisições e estabeleceu *joint ventures*, conseguindo expandir sua participação no beneficiamento de grãos no país. Essa iniciativa levou a COFCO a avançar de terceira colocada em 2013 para a posição de líder em 2018. No entanto, mesmo com essa ascensão, as empresas tradicionais ainda mantêm uma presença considerável como fornecedoras de grãos para a China (WESZ et al, 2023). Essa mudança de dinâmica destaca os esforços da COFCO em fortalecer sua presença no mercado interno chinês, ao mesmo tempo em que ressalta a continuidade da presença de atores tradicionais na cadeia de fornecimento.

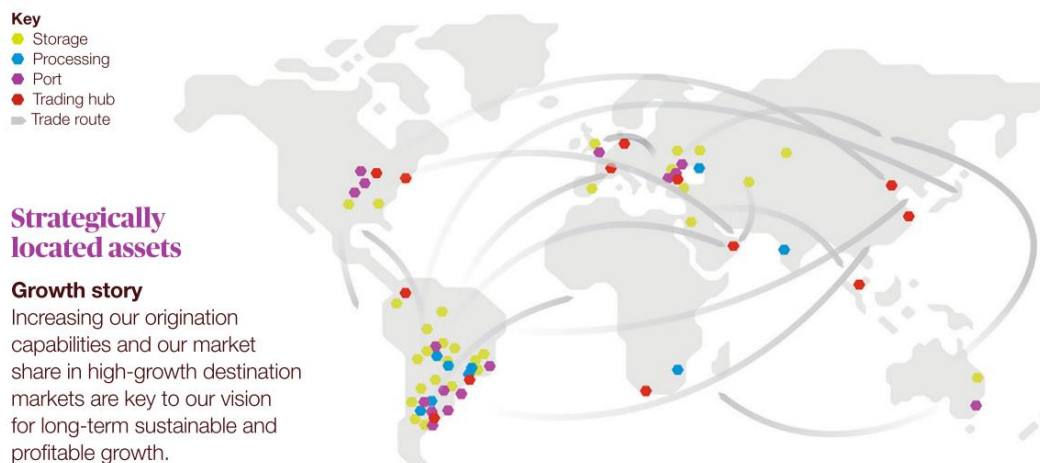
A COFCO está organizada globalmente em 18 unidades de negócios, abrangendo desde o comércio de grãos até o fornecimento de Coca-Cola na China. No entanto, suas operações comerciais globais são centralizadas na COFCO International, sediada em Genebra desde 2014. A COFCO International Corporations (CIL) detém a maior parte dos ativos internacionais da COFCO, sendo 48% de propriedade da empresa-mãe na China e 12% do Fundo Soberano Chinês. A CIL tem como objetivo atuar semelhante às ABCDs no comércio internacional, seguindo a máxima "*buy from the world, sell to the world*". Após a aquisição da Noble e Nidera, a empresa expandiu consideravelmente suas operações para todas as principais regiões agrícolas do mundo, incluindo América do Sul, América do Norte, região do Mar Negro e Austrália. Cerca de 60% do portfólio de investimentos da empresa está na América do Sul, que é a principal origem de soja do mundo. Além disso, 50% dos lucros da empresa provêm de operações internacionais, e 30% da capacidade de esmagamento está localizada fora da China (Oliveira, 2015; Wesz et al., 2023).

Como fica claro na Figura 9 o principal foco de atividades da empresa é a América do Sul. Devido a grande presença que a Nidera e Noble detinham na região, rapidamente a empresa se tornou a 5º maior esmagadora e exportadora de soja na América do Sul:

Devido à densa rede de ativos estratégicos localizados nas principais áreas de produção de soja (Cerrado brasileiro, Pampa argentino, Oriente paraguaio e Costa uruguaia) e pontos logísticos (Rosário, Santa Fé e Buenos Aires na Argentina,

Nueva Palmira no Uruguai, Villeta e Encarnación no Paraguai, Rio Grande, Santos e São Luiz no Brasil), a região logo concentrou a maior parte das operações globais da COFCO (WESZ et al, 2023, p. 17, tradução nossa).

Figura 9 - Localização dos ativos estratégicos da COFCO International em todo o mundo



Fonte: WESZ et al, 2023. Dados de COFCO, 2020.

Buscando ser mais bem sucedida que os empreendimentos anteriores, a COFCO focou a sua estratégia no mercado brasileiro em M&A (fusões e aquisições). Através da aquisição da Nidera e Noble, a empresa pode rapidamente adquirir experiência e *market share*. Assim “Em 2015, a COFCO ocupou o terceiro lugar em volume de exportação de grãos no Brasil (atrás de Bunge e Cargill) após anos de supremacia dos Big Five - ABCD + Amaggi” (WESZ et al., 2023, p. 13, tradução nossa), além parcelas significativas na Argentina, Paraguai e Uruguai. Outras empresas além das já citadas são a Amaggi, Coamo, ECTP (Brasil), Gavilon/Marubeni (Japão), Glencore (Suíça) e CHS (EUA) (Wilkinson, Wesz, Lopane, 2016; Wesz et al., 2023).

A COFCO se destaca pela centralidade de seus ativos logísticos, não apenas facilitando as exportações para a China, mas também integrando-se à etapa anterior da cadeia, que abrange grãos, oleaginosas, açúcar, café, óleos, farelos e algodão. Sua extensa rede de estruturas proporciona à empresa uma ampla capilaridade de mercado, permitindo-lhe fornecer, vender e processar uma vasta gama de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, além de insumos industriais como óleos e farinhas. Esse posicionamento estratégico e a

abrangência das operações da COFCO refletem sua influência significativa ao longo de diversas etapas da cadeia de valor agroindustrial.

A empresa conta com 36 unidades de armazenagem na América Latina e 18 no restante do mundo, oito unidades de processamento na América Latina e mais oito distribuídas globalmente, além de possuir dez terminais portuários na América Latina e outros dez ao redor do mundo. Adicionalmente, a COFCO mantém diversos escritórios comerciais. Com uma estratégia de acompanhamento (*follow up*), a COFCO investe de maneira significativa em infraestrutura logística, tanto no transporte (terminais portuários, rodoviários, etc.) quanto na armazenagem (silos e armazéns), buscando posicionar-se estrategicamente em pontos-chave das cadeias de valor do complexo da soja (Cunha, 2020; Wesz *et al.*, 2023).

Segundo o presidente da COFCO (logo após a aquisição da Noble e Nidera) para a América do Sul: “Precisamos ganhar escala na origem para continuar fornecendo a demanda chinesa e crescendo como fornecedores (América do Sul) dentro de nossa empresa” (BLOOMBERG, 2018 apud WESZ *et al.*, 2023, p. 19, *tradução nossa*). Neste sentido a empresa manteve grande parte dos executivos da Noble e Nidera na região, assim como passaram por um período de expansão através da contratação de profissionais, de outras empresas. Mas segundo Wesz *et al.* (2023) as medidas para promover uma maior verticalização da cadeia, são as principais adaptações ao mercado:

A intensidade com que a COFCO integrou verticalmente o complexo de soja e outras cadeias de commodities nos quatro países foi decisiva. Forneceu fertilizantes (marca própria, importados da China), sementes e agroquímicos (principalmente da Syngenta e Nidera Seeds, de propriedade da ChemChina), bem como financiamento e assistência técnica aos produtores em troca de acesso direto ao seu produto - uma prática conhecida como 'barter' (WESZ *et al.*, 2023, p. 19, *tradução nossa*).

A verticalização promovida pela COFCO uma plataforma dual de importação/exportação pela empresa, (importando insumos e os fornecendo na troca pelos grãos - *barter*), passando a atuar mais intensamente no mercado de originação de uma grande quantidade de produtos (grãos e oleaginosas, algodão, cacau e açúcar). Assim como na produção interna de uma série de produtos, para consumo interno e para a exportação, como biodiesel e óleos vegetais (Belesky, 2018; Wesz *et al.*, 2023). Além ao atuar mais *upstream*, ou

seja, mais próximo do consumidor final e parte mais lucrativa da cadeia, (com os supermercados e distribuidoras, marcas etc.) a empresa forma um grande conglomerado com grande diversificação de ativos (Jakobson, 2021).

Apesar do Complexo Soja ter centralidade nesta pesquisa, outros produtos também são intensamente comercializados pela COFCO, como café e algodão. A empresa possui unidades de originação de café no estado de Minas Gerais, além de amplas relações com vendedores da Indonésia, Índia e Colômbia, além de unidades de revenda na Ásia, África, América Central e do Sul. Com as operações centradas nos Estado Unidos, o comércio de algodão feito pela COFCO possui escritórios comerciais para a compra e venda dos produtos no China, Brasil, Índia, Turquia, África Ocidental e Indonésia (CUNHA, 2020).

4.4 CONSOLIDAÇÃO DO ECOSSISTEMA CHINÊS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

As duas etapas mencionadas, iniciadas em 2000, culminaram na consolidação da COFCO como o centro de um ecossistema chinês no agronegócio brasileiro. A aquisição da Noble e Nidera desempenhou um papel crucial nesse processo, solidificando a COFCO como a principal empresa chinesa no setor agrícola brasileiro. Ao incorporar o conhecimento das empresas adquiridas, a COFCO fortaleceu sua posição e passou a atuar de forma mais robusta em mercados ainda não totalmente dominados pelas tradicionais ABCD. Essa estratégia de expansão e consolidação contribuiu para a presença expressiva da COFCO no cenário agrícola brasileiro. Oliveira (2015) deixa claro em seu texto, o impacto que o Brasil tem para as operações da COFCO, e, portanto, a política comercial agrícola chinesa como um todo:

[...] a reestruturação global da COFCO contornou completamente os desafios dos investimentos *greenfield* por empresas chinesas no complexo brasileiro de soja, particularmente em torno da burocracia de estabelecer empresas no Brasil, aquisição de terras e licenciamento ambiental. Conseqüentemente, avançou o mais rápido e mais longe entre todos os investidores chineses em seu objetivo comum de contornar o monopólio baseado no Atlântico Norte no comércio de soja composto por ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, coletivamente conhecidos como ABCDs. A COFCO já é a maior processadora e comerciante de alimentos da China e, com suas aquisições da Noble e da Nidera, agora representa a maior e mais significativa presença de capital do agronegócio

chinês não apenas no complexo de soja brasileiro, mas também no seu setor agroindustrial como um todo (Oliveira, 2015, p. 19, *tradução nossa*).

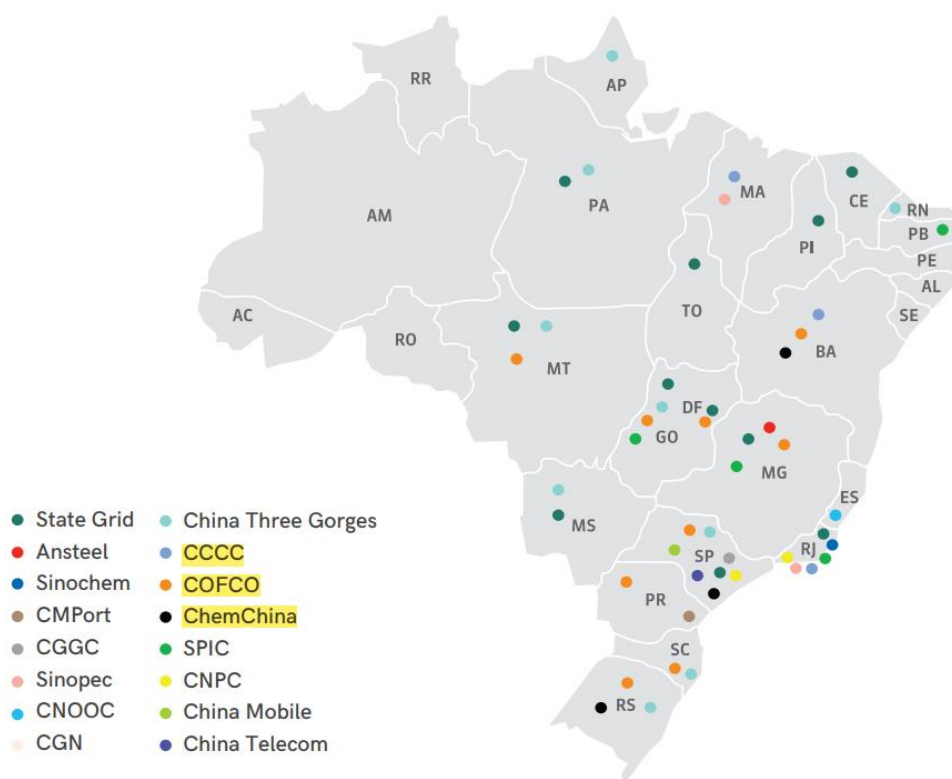
Com base no papel do capital chinês nos Regimes Alimentares Globais e no Complexo Soja brasileiro, podemos concluir que:

1. **Processo de Maturação:** Houve um processo de maturação desses investimentos nas últimas duas décadas, com empresas chinesas consolidando sua presença e influência no setor agrícola global, especialmente no Brasil;
2. **Impacto nos Regimes Alimentares Globais:** A China tem impactado o ordenamento dos Regimes Alimentares, buscando alternativas às empresas tradicionais para alcançar seus objetivos de segurança alimentar. A presença chinesa tem introduzido novas dinâmicas e atores no cenário global de alimentos;
3. **Importância do Brasil:** O Brasil ocupa um espaço de vital importância como grande fornecedor de alimentos para o mundo. Isso representa uma oportunidade de desenvolvimento, mas também traz o desafio de evitar uma maior reprimarização da economia brasileira, buscando uma diversificação sustentável e estratégica.

Essas conclusões destacam a interconexão entre os interesses chineses, o papel do Brasil no cenário global de alimentos e os desafios e oportunidades associados a essa dinâmica complexa.

Primeiramente, podemos observar que ocorreu um processo de amadurecimento na presença das empresas chinesas no agronegócio brasileiro. Empresas como a CGG e a Sanhe Hopeful, tiveram dificuldades na adaptação, reproduzindo as estruturas que usadas em outros mercados. Esta abordagem foi revista com o fracasso nos projetos iniciais, agora mais focada na aproximação com os produtores e a integração das produções. Obtendo melhores resultados, a COFCO representa um avanço deste processo de amadurecimento do ecossistema de empresas chinesas no agronegócio brasileiro. Este sucesso fica claro na expansão territorial dos investimentos, como podemos ver na Figura 10:

Figura 10 - Presença geográfica das estatais chinesas no Brasil (2007-2020). Todos os setores



Fonte: Cariello, 2021. *Destaque para as empresas que atuam em cadeias agrícolas.

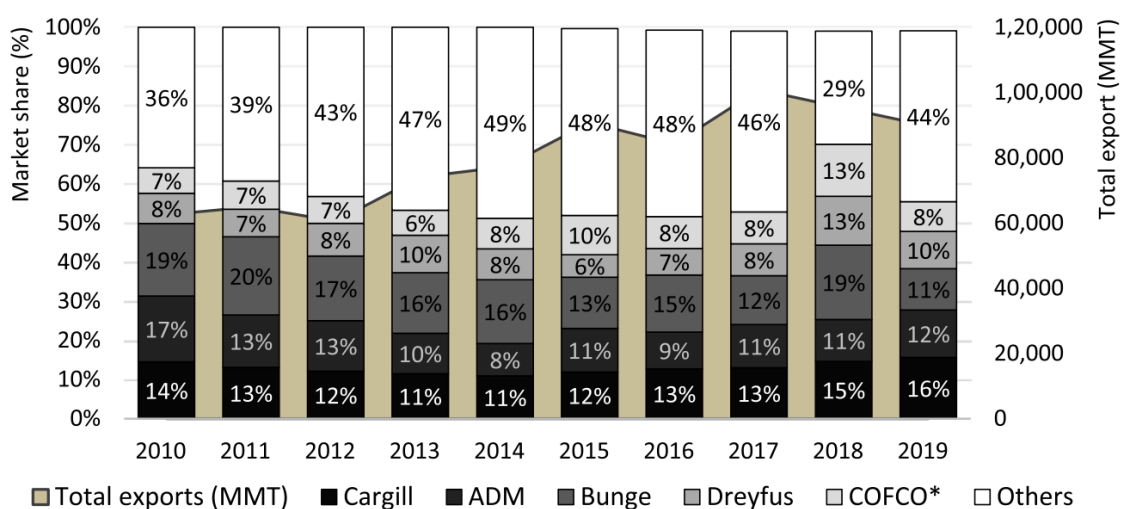
Outro elemento que evidencia a maior maturidade no processo de formação de carteira de investimentos é o aumento do foco na logística, uma das maiores barreiras para a competitividade brasileira, dado que a maior parte da produção ocorre a mais de 2000 km dos portos. Os investimentos em obras de infraestrutura anunciados representam 5% do valor entre os anos de 2007 e 2020 (Cariello, 2021). O comprometimento chinês em investir em ativos logísticos é evidente no recente investimento da COFCO no porto de Santos, além de uma série de outros investimentos que contam com capital chinês em diversos complexos portuários. Esse enfoque estratégico na logística contribui para superar desafios e melhorar a eficiência da cadeia de suprimentos, beneficiando a competitividade das suas operações agrícolas no Brasil.

Apesar disso, mesmo aqui ainda há uma grande discrepância entre os valores/quantidade de projetos anunciados e os projetos executados, como visto na Figura 7, como no caso da China Communications Construction Company (CCCC), dona da Concremat Engenharia responsável pelas obras do Porto São

Luís no Maranhão; e a *China Merchants Ports* dona do terminal de contêineres de Paranaguá (Wilkinson; Wesz Junior; Lopane, 2016; Cariello, 2021). Apesar disso, há uma grande presença indireta na logística brasileira, através do suprimento de equipamentos e serviços (Scherer, 2015).

O processo de maturação dos investimentos chineses no Brasil é um reflexo de uma abordagem de longo prazo da atuação das empresas estatais chinesas (WESZ et al, 2023). Sendo o Brasil central no Complexo Soja global, o país é parte pivotal da estratégia chinesa de segurança alimentar, como fica claro no Figura 11 X, sendo que entre 2010 e 2019 a COFCO passou a ser uma das cinco principais tradings atuantes no Complexo Soja Brasileiro.

Figura 11 – *Market Share* dos exportadores de soja no Cone Sul 2010-2019.



Fonte: WESZ et al, 2023. Dados de MAGYP (2020), Aduanas (2020), CAPECO (2020), Trase (2020), Reuters (2020), Uruguay XXI (2020).

*Até 2013, Noble e Nidera; a partir de 2014, COFCO.

Segundo, para Wesz et al. (2023, p. 23), a China representa “mais continuidade que ruptura” para os Regimes Alimentares. Ao se adequar ao modelo neoliberal de fazer comércio, na busca por matérias primas para prover seu próprio crescimento e aumentar seu bem-estar, o país pouco abriu seus próprios mercados. Garantindo que o papel do Estado fosse mantido se não incrementado, mesmo após a entrada na OMC. Levando a um processo de externalização das empresas chinesas em larga escala, usando o seu mercado interno como uma “plataforma de impusão” (Wesz et al, 2023).

A atual reorientação do Regime Internacional sob a influência chinesa parece ser uma continuação do Regime Alimentar iniciado nos anos 80 com as grandes tradings internacionais, também conhecidas como ABCDs. As práticas das empresas chinesas em outros países não se diferenciam substancialmente das utilizadas pelas empresas tradicionais. As práticas neomercantilistas da China, representadas pela COFCO, têm como objetivo final garantir a segurança alimentar chinesa. Isso envolve assegurar fluxos estáveis de commodities e competir diretamente com as empresas tradicionais no mercado global (Belesky, 2019; Svampa, 2013; Wesz et al., 2023). Essa abordagem destaca a continuidade de estratégias e objetivos no cenário internacional, com a China buscando afirmar sua presença e influência no complexo agrícola global.

Para isso, formou-se ao redor da COFCO um ecossistema de empresas chinesas que, segundo Wilkinson et al (2016), vai além do padrão tradicional usado pelas ABCDs, as quais geralmente focam mais na comercialização da produção. As empresas chinesas têm atuado mais próximas aos produtores, estabelecendo contratos de longo prazo, integração contratual para fornecimento de matéria-prima, investimentos diretos em produção e parcerias estratégicas (Wilkinson; Wesz; Lopane, 2016). Devido às estratégias utilizadas pelas primeiras entrantes no mercado brasileiro, como a compra de terras, algo ainda pouco usual no Brasil, formou-se um estigma associado às empresas chinesas. Contudo, assim como qualquer investimento externo direto, os aportes das empresas chinesas no agronegócio brasileiro demandam atenção a diversos pontos.

Empresas do ecossistema chinês no agronegócio brasileiro adaptaram-se às especificidades do mercado local. A COFCO, ao herdar experiências da Nidera e da Noble, assim como práticas já utilizadas pelas empresas ABCDs, corroborou com a ideia de Wesz *et al.* (2023) de que a China altera os padrões dos Regimes Internacionais ao retirar a centralidade do eixo ocidental, sem, no entanto, modificar as práticas utilizadas por essas empresas nos mercados em que estão presentes. Utilizando práticas assertivas, mas flexíveis, a COFCO tem consolidado seu papel como uma ferramenta chinesa na disputa pelos Regimes Alimentares. Apesar disso, devido ao fato de os fluxos comerciais muitas vezes serem os mesmos entre as empresas ABCDs e a COFCO (apesar de a COFCO exportar principalmente para a China, ela busca se posicionar fazendo

transações entre outros mercados), a dinâmica tende a se manter policêntrica (Wesz *et al.*, 2023).

O papel que o Cone-Sul, e principalmente o Brasil, desempenham na manutenção da segurança alimentar chinesa, aliado à necessidade de diversificação das fontes de proteínas, torna o Brasil uma alternativa altamente atrativa para o capital chinês no médio e longo prazo. A considerável capacidade financeira da empresa permite o exercício de um amplo poder de mercado, tornando-a diretamente uma ferramenta geoeconômica do governo chinês, que exporta capitais excedentes (Fares, 2019).

Segundo várias entrevistas conduzidas por Wesz *et al.* (2023), vários empresários brasileiros reclamam da competição desleal devido ao respaldo financeiro do governo chinês. Apesar de não se diferenciar grandemente das empresas ABCD em termos de estratégia, o que distingue a operação da COFCO na região é a substancial capacidade de financiamento que possibilita estratégias mais agressivas. Enquanto Nidera e Noble, em sua atuação, não ultrapassavam os 7%, a COFCO alcançou uma participação de mercado de 13% em 2018 (Wesz *et al.*, 2023). A presença tanto de capital chinês estatal quanto de capital privado no agronegócio brasileiro demonstra que a tese de Nogueira (2017, p. 4), que sugere uma aliança entre o "[...] o Partido-Estado com os capitalistas domésticos emergentes [...]", se concretiza e acaba por criar um ecossistema chinês no agronegócio brasileiro.

O aumento da presença da COFCO no mercado brasileiro, a partir de 2014, está centrado na aquisição de outras empresas, sem adição significativa de capacidade e investimento real. A estratégia parece visar a concentração do esmagamento de soja na China, aproveitando a grande capacidade ociosa existente. De acordo com Wesz *et al.* (2023), entre 2014 e 2020, a empresa procurou consolidar sua posição como a 5ª maior trading no mercado, reduzindo ao máximo os custos operacionais. Cancelou projetos de unidades de processamento que a Nidera e Noble tinham no Cone Sul (em Villeta, no Paraguai, e em Canoas, no Brasil), além de reduzir a capacidade instalada de processamento de óleo e esmagamento. Portanto, ao buscar a redução de custos, a empresa reforça o papel de especialização da região, diminuindo os ganhos de complexidade mesmo nas cadeias da soja.

Mas como visto na Figura 11, este posicionamento não é inalterável. Segundo Wesz et al (2023), a queda nas exportações pela COFCO em 2019 é resultado do processo de negociação decorrente da Guerra Comercial entre a China e os EUA, estes que passaram a exportar mais para a China como resultado. Isso demonstra que a operação da COFCO no Brasil possui diversos riscos políticos e estratégicos, devido a ingerência do governo chinês na operação da empresa (Wilkinson, Wesz; Lopane, 2016). Assim:

[...] o Brasil provavelmente continuará sendo o centro mundial de produção e exportação de soja, seguido pelos outros países do Cone Sul. No entanto, embora a China, sem dúvida, vá continuar a explicar a maior parte da demanda, o complexo brasileiro de soja pode enfrentar desafios no longo prazo (Wesz *et al.*, 2023, p. 16, tradução nossa).

Terceiro, essa mobilização significativa de capital, que é conduzida principalmente por grandes empresas estatais, pode aumentar a assimetria nas relações de troca entre os países do Cone Sul e a China, contribuindo para uma intensificação da reprimarização da economia ou, como Maristella Svampa (2013) denomina, um "Consenso das Commodities". Isso pode levar a uma aceitação por parte dos líderes latino-americanos dessa nova posição de assimetria global, reduzindo a capacidade de se fazer políticas econômicas autonomistas. Pablo Alejandro Nacht (2013) refere-se a essa relação como neoextrativismo, caracterizada por exploração de recursos naturais, monoculturas e grandes empreendimentos nos setores de mineração, hidrocarbonetos e energia (Cariello, 2021; Nacht, 2013; Slipak, 2014; Svampa, 2013).

A relação comercial entre China e Brasil, marcada pelo aumento da demanda por commodities, contribuiu para o chamado "boom das commodities". Esse fenômeno não apenas impulsionou os ingressos de renda internacional, mas também incentivou investimentos nos setores primários em expansão. Com os recursos provenientes das exportações e os influxos de capitais, houve uma valorização da moeda, facilitando a importação de bens nos quais o Brasil tinha menor vantagem comparativa. Assim, o comércio bilateral entre China e Brasil tem incentivado o processo contínuo de desindustrialização (Hiratuka; Sarti, 2018).

Segundo Hiratuka e Sarti (2016), as relações comerciais Brasil China devem ser compreendidas sobre esse contexto estruturante, havendo “uma enorme disparidade entre o perfil da pauta de exportações brasileiras para a China e o perfil da pauta de importações”. No caso das importações brasileiras de produtos chineses, podemos observar uma complexificação da pauta comercial, com um aumento relativo dos produtos mais complexos frente produtos industriais de mais baixo valor agregado e commoditizados.

Para Maristella Svampa (2013), os países da região devem estar atentos, pois por trás da retórica de cooperação existem interesses que se assemelham às relações centro-periferia de dependência e subordinação. Segundo Wilkinson *et al.* (2016), há uma considerável diferença entre o discurso de cooperação entre iguais nas relações Brasil-China, que está cada vez mais se tornando caracterizado como uma relação centro-periferia.

Assim sendo, é importante lembrar que a COFCO é uma empresa estatal chinesa. Seus funcionários seniores são nomeados pelo Estado, e os diretores executivos têm níveis ministeriais, delimitando a influência do Estado. Segundo Belesky (2018), a motivação estratégica para a atuação de uma empresa com tamanha capilaridade no governo chinês, como a COFCO, é de difícil análise devido à sua relação próxima com os tomadores de decisão e o centro do poder. Com a importância dada à segurança alimentar, a presença dessas empresas no Cone Sul torna-se uma questão de Estado (Chu, 2010; Slipak, 2014). Mas além disso:

Com a crescente presença da China no sistema agroalimentar global, as empresas estatais (chinesas) desempenham papéis cada vez mais importantes e tornam-se particularmente sensíveis à estratégia geopolítica da China, apesar da internacionalização orientada para o mercado e [...] A COFCO opera concomitantemente como instrumentos do poderoso Estado chinês. A COFCO assumirá um papel cada vez mais político e estratégico, e sua trajetória dependerá tanto dos determinantes internos da China quanto dos países do Cone Sul. (WESZ *et al.*, 2023, p. 17, tradução nossa).

Além disso, o desproporcional papel dos grupos agroexportadores na política é algo que Angélica Massuquetti (2013) relata, trazendo o caso de divergências sobre as medidas de proteção comercial, como a FIESC (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Mark Leonard (2016) também menciona como diversos

setores da economia passam a depender grandemente da China, enfrentando dificuldades para diversificar clientes e insumos.

Slipak (2014), ainda pontua que devido as dificuldades enfrentadas em negociações dentro do Mercosul, limita os países do bloco em usarem medidas *antidumping* quando necessárias, levando a um acentuando a relação assimétrica que existe entre os países do Cone Sul com a China. O autor ainda aponta que as divisas, tão necessárias aos países em desenvolvimento, decorrentes das exportações primárias, atuam como uma importante ferramenta de coerção, gerando uma vulnerabilidade a atuação contra eventuais práticas comerciais abusivas em outros mercados.

De todo modo, De Assis (2020) pontua que o processo de reprimarização da economia pode ser convertido em desenvolvimento se o aproveitamento das rendas for investido de maneira estratégica em tecnologia, insumos, etc. De acordo com Gale et al. (2015), a demanda chinesa por produtos intensivos em fator terra, devido à falta deste no país, é um fator de oportunidade para o agronegócio brasileiro. Apesar de o trabalho deles estar focado nos EUA, o mesmo pode se aplicar ao Brasil, devido às similaridades tanto geográficas quanto setoriais na agricultura (Gale et al, 2015).

É crucial gerenciar os riscos associados a uma maior dependência da China, como em qualquer relação internacional. A crescente assimetria entre os países da América Latina e a China destaca a necessidade de abordar essa relação com pragmatismo, aproveitando as oportunidades de investimentos e ingresso de divisas, mas sem criar excessivos riscos para o desenvolvimento regional.

A entrada de investimentos e divisas é um ponto positivo da relação, contribuindo significativamente para o combate à pobreza nas últimas décadas. A ampliação das relações com a China é uma pauta importante para todos os países da região por esta razão. No entanto, é importante observar que a China utiliza seu mercado agrícola como uma ferramenta geoeconômica, reconhecendo seu status nesse contexto (Svampa, 2013; Slipak, 2014). O equilíbrio entre aproveitar os benefícios econômicos e mitigar os riscos é fundamental para uma parceria sustentável.

O aumento da demanda global por alimentos ainda é uma janela de oportunidade para o Brasil. Como desenvolvido nas sessões anteriores, o Brasil

já desponta como grande produtor agroindustrial nos setores tradicionais principalmente do Complexo Soja e de Carnes, Açúcar, Algodão e Milho.

No curto e médio prazo, os EUA provavelmente permanecerão essenciais, mas em declínio no mercado mundial de soja. Em contraste, o Brasil provavelmente continuará sendo o centro mundial de produção e exportação de soja, seguido pelos outros países do Cone Sul. No entanto, embora a China, sem dúvida, vá continuar a explicar a maior parte da demanda, o complexo brasileiro de soja pode enfrentar desafios no longo prazo (WESZ et al, 2023, p. 16, tradução nossa).

A China tem implementado políticas para reduzir a dependência da importação de soja do Brasil e dos EUA. Essas medidas incluem a promoção de técnicas de cultivo e novas tecnologias de sementes, a redução na quantidade regulada de elementos proteicos nas rações e o estabelecimento de novas relações comerciais com países com potencial exportador, como Rússia, Cazaquistão, Tanzânia e Argentina (WESZ et al., 2023). No Cone Sul, países como Argentina, Paraguai e Uruguai, que têm uma presença significativa no Complexo Soja, podem ganhar importância relativa, servindo como um contrapeso regional à dependência chinesa da soja brasileira. Essas mudanças indicam uma estratégia chinesa para diversificar suas fontes de soja e reduzir sua vulnerabilidade a flutuações no mercado internacional.

Mas, segundo Jank *et al.* (2021), mesmo que nos últimos anos tenha acontecido um crescimento relativo das exportações para os países do sudeste asiático, a concentração da pauta exportadora principalmente na China, será um desafio para o longo prazo, devido à baixa variedade de produtos e destinos. Se torna cada vez mais necessário ações que visem ampliar os mercados e produtos agrícolas que o Brasil exporta.

A correlação entre o desenvolvimento econômico e o crescimento do setor primário, tradicionalmente é descartada pelas tradicionais teorias econômicas. Apesar disso, algumas abordagens buscam compreender como o setor primário pode ter um efeito *spill over* para o resto da economia, levando a um “aumento do bem-estar social, baseadas na transferência de recursos da agricultura para outros setores” (Tixiliski, 2023).

Também a infraestrutura logística brasileira, deveria aproveitar os recursos chineses, ampliando o financiamento a obras de operação, ampliação e construção ferroviária, metroviária, rodoviária, portuária e aeroportuária.

Scherer pontua que o setor ferroviário, a muito tempo subfinanciado, é o que mais tende a fazer uso de maiores investimentos na “ampliação da participação chinesa na construção [...] e a implantação de unidades produtoras de bens e de equipamentos para a ampliação da malha ferroviária” (Scherer, 2015, p. 13).

De modo geral, a China tem sido indiretamente responsável pela ampliação das áreas de produção de grãos no Cone Sul da América do Sul, tanto no cerrado brasileiro quanto nos Pampas argentinos. Fazendo uso dos vastos recursos hídricos de ambos os países para “terceirizar” a produção de rações que, em seu território, são demasiadamente caras em recursos. A política de autossuficiência seletiva foi originalmente implementada na Europa na década de 1960, sendo posteriormente, já na década de 1990, adotada pela China. Além da soja, essa política é implementada para madeiras, celulose, algodão e tabaco. Além disso, a China revisou a sua política de biocombustíveis, excluindo o uso de milho e trigo (Wilkinson et al., 2016).

A falta de dimensionamento do impacto ambiental foi um elemento comum entre os governos sul-americanos do processo de exploração destes recursos nas duas últimas décadas. As rendas provenientes destas atividades serviram de tal modo para financiar novas políticas que venham a minimizar o impacto ambiental, fomentando o desenvolvimento sustentável (Svampa, 2013; Nacht, 2013). Com a pauta global de transição energética é uma grande oportunidade para países questão na periferia do sistema capitalista. Estes momentos de transições de regimes fornecem janelas de oportunidades para aqueles países que foram incapazes de utilizarem suas capacidades inatas, cadeias de valor desenvolvidas e potencialidade de pesquisas; em uma série de produtos e soluções que a se adequem a conjuntura de menor pegada de carbono.

Mas para isso, Leandro Gilio e Marcos Jank (2021) mencionam que o Brasil precisa ter mais cuidado com sua imagem internacional. A falta de cuidado na produção interna tem levado a uma perda de potências par ao país, sendo este um fator de limitação para o crescimento das exportações.

Tendo em vista esse processo, parte da mídia, ONGs e acadêmicos ainda tratam a China como um país “neocolonial”, que através de *global land grabs* e estaria ferindo a soberania do Brasil. Contudo, o que estudos mais criteriosos com as evidências mostraram até agora é que, apesar do discurso de

medo de que a “China está tomando o mundo”, os investimentos em terras dos chineses são bem menores do que os de outros países, como os do Golfo no Oriente Médio, ou mesmo da Europa ou dos Estados Unidos (Escher; Wilkinson, 2019; De Lt Oliveira, 2015). Além disso, apesar dos investimentos das tradings de grãos terem centralizada na cadeia, investimentos de empresas chinesas de químicas, defensivos e de fertilizantes; não receberam a mesma atenção, denotando que grande parte deste discurso está mais focado na mediação destes investimentos do que a discussão sobre os seus impactos, sendo eles positivos ou negativos.

De acordo com Hiratuka e Sarti (2016), um sintoma disso é a pouca quantidade de informações que empresa brasileiras tem sobre a China. Ela não tem considerado o mercado chinês como prioritário frente aos mercados tradicionais, como Europa e EUA. Mas além de empresa Chinesa no Brasil, devem ser fomentos canais para a internacionalização da empresa brasileira em direção a China. Os canais resultantes dos investimentos chineses no Brasil, devem ser aproveitados para a ocorrência de operações inversas. Algumas poucas empresas brasileiras tem usado destas oportunidades, como a Vale, JBS e Web (Hiratuka; Sarti, 2016).

Em 2020, o Head de Sustentabilidade Global da COFCO, prometeu que até 2023, 100% da soja brasileira comercializada pela empresa estaria com certificação de origem, garantindo que a empresa busca combater o desflorestamento e ter cadeias globais mais sustentáveis (Environmental Finance, 2020 apud Wesz et al, 2023). De todo modo, devido ao aumento da pegada de carbono resultantes do aumento das operações da empresa no Brasil, a empresa se torna mais relevante para as discussões de caráter regulatório para o Complexo Soja Brasileiro (Wesz et al, 2023).

Apesar destas intenções o fato da operação da COFCO prioriza o uso dos seus ativos de esmagamento na China, faz com que a pegada de carbono da exportação seja muito maior, devido a exportação do produto em natura, que é mais pesado.

Mesmo assim está claro que há COFCO busca se posicionar com uma líder na formulação de regulações sustentáveis, que busquem reduzir o impacto das cadeias logística de commodities. A empresa assim como as outras empresas tradicionais, sofrem grandes contestações por parte de ONGs,

movimentos sociais e movimentos rurais, tanto por suas práticas controladoras/integradoras da cadeia, que reduzem o poder de negociação dos produtores rurais, principalmente dos mais pequenos; como uma maior necessidade de ter responsabilidade que ambiental com a origem da soja que compram (Wesz et al, 2023).

CONCLUSÃO

A presença das empresas chinesas no Brasil integra uma abrangente estratégia de internacionalização do capital chinês, que teve início no final dos anos 90, experimentou um notável crescimento nas décadas de 2000 e 2010, e busca consolidar-se em meio ao cenário atual de maior instabilidade global. A China conseguiu alinhar sua política de internacionalização, conhecida como "Going Out", a alguns de seus principais objetivos estratégicos, tanto internos quanto de política externa. As empresas do setor alimentar não foram exceção a essa tendência, participando ativamente desse movimento de expansão global. Essa abordagem reflete a ambição chinesa de se posicionar como um player significativo não apenas em seu mercado doméstico, mas também em nível global, especialmente em setores estratégicos como o alimentar.

Fazendo uso do capital excedente gerado pelo processo de desenvolvimento, o país encontrou oportunidades de investimento significativas nas fronteiras do sistema capitalista, particularmente na África e no Sudeste Asiático. Esse processo teve início nos anos 90, inicialmente vinculado à busca por matérias-primas para o processo de industrialização. Já nos anos 2000, essa dinâmica evoluiu para a busca por recursos alimentares, impulsionada pelo objetivo de alimentar a crescente população urbana chinesa, que também experimentava um aumento no poder de compra. Essa mudança reflete a adaptação das estratégias de investimento chinês às transformações econômicas e demográficas ao longo do tempo.

As relações econômicas entre China e Brasil são estrategicamente fundamentais para ambos os países. A política de segurança alimentar adotada pela China desempenha um papel crucial nesse sentido. A China, por escolha deliberada, estabeleceu que suas fontes de rações para a produção de proteínas animais seriam diversificadas para outros países em desenvolvimento. Nesse contexto, os países do cone sul, incluindo o Brasil, tornaram-se parte integrante de uma extensa cadeia global de valor conhecida como Complexo Soja. O Brasil, em particular, destaca-se como um dos países centrais na produção dessas commodities, desempenhando um papel fundamental nessa dinâmica econômica e comercial entre as duas nações.

A pauta de exportação brasileira reflete uma inserção internacional fortemente baseada em commodities agrícolas. Observa-se uma limitada

diversificação tanto em termos de produtos quanto de destinos. Essa característica está associada a práticas comuns na gestão agrícola brasileira, que muitas vezes favorece a monocultura. Além disso, há a presença de práticas predatórias por parte de empresas internacionais, também conhecidas como tradings ABCDs + COFCO. Essas empresas, por meio de cadeias de valor integradas, conseguem exercer influência significativa no poder regulatório e nas negociações, impactando diretamente a dinâmica do comércio agrícola brasileiro. Esse cenário ressalta desafios e questões relacionadas à sustentabilidade e diversificação econômica no contexto das exportações brasileiras.

Assim, devido à necessidade da China de expandir suas fontes de produtos no complexo soja, o Brasil tornou-se uma peça fundamental em sua estratégia de internacionalização de empresas agrícolas. O processo de maturação dos investimentos chineses no setor agrícola brasileiro foi possível após duas décadas, mesmo com retornos iniciais limitados, devido à disponibilidade de um grande volume de capital para investimentos internacionais. O "Going Out" (ir para fora) foi uma abordagem que permitiu realizar investimentos com os capitais excedentes do processo de industrialização da China. Além disso, essa estratégia visava aumentar os lucros dos grupos capitalistas chineses, desempenhando um papel central na dinâmica de classes na China contemporânea. Isso destaca a interconexão entre as estratégias de internacionalização chinesas e a dinâmica econômica e política interna do país.

Esses fatores conduziram à formação de um ecossistema de empresas chinesas no agronegócio brasileiro, que, em muitos aspectos, compartilham práticas semelhantes às das empresas tradicionais, como as ABCDs. A principal distinção reside em suas práticas comerciais mais agressivas, impulsionadas por uma capacidade de financiamento mais robusta. Além disso, essas empresas chinesas frequentemente buscam integração e cooperação com outras empresas chinesas atuantes na produção de fertilizantes, sementes e implementos agrícolas.

Os investimentos chineses nesse setor não apresentam grandes diferenciações em relação aos investimentos tradicionais das ABCDs. A China adotou uma abordagem pragmática ao se inserir internacionalmente, sem

necessariamente buscar alterar as estruturas dos Regimes Alimentares estabelecidos. Esse cenário destaca como as empresas chinesas, embora possam apresentar diferenças táticas, compartilham muitas características com os atores tradicionais do agronegócio global.

Para o Brasil, os investimentos chineses não devem ser automaticamente vistos como ameaças à soberania nacional. O processo de reprimarização da economia já está em curso, e é essencial que os agentes públicos sejam sensíveis à necessidade de utilizar de forma coerente os recursos provenientes das exportações. Não aproveitar as potencialidades econômicas do setor agrícola do Brasil seria prejudicial ao futuro do país.

No entanto, é fundamental garantir que essas práticas estejam alinhadas com as melhores práticas trabalhistas, ambientais, sociais e políticas. Além disso, o Brasil ainda enfrenta deficiências estruturais que podem ser abordadas com recursos provenientes do exterior. Portanto, a gestão desses investimentos deve ser cuidadosa e estrategicamente planejada para maximizar os benefícios econômicos e estruturais, ao mesmo tempo em que são respeitados os padrões éticos e sustentáveis.

LIMITAÇÕES E PRÓXIMAS PESQUISAS

Devido à grande potencialidade que a temática da multidisciplinaridade um estudo do agronegócio tem, se torna necessário cada vez mais interseccionar outras áreas do conhecimento no estudo das potencialidades do complexo agroindustrial brasileiro e sua relação com os Regimes Alimentares.

A temática do suprimento de insumos é, de fato, uma parte crucial da operação das empresas chinesas no agronegócio brasileiro, conforme mencionado nas conclusões. A maior integração das operações, tanto pré quanto pós-porteira, é um diferencial notável. Empresas chinesas atuando na produção de defensivos agrícolas, fertilizantes, maquinário, sementes e outros insumos fazem parte desse ecossistema, juntamente com aquelas envolvidas na compra de grãos e outros produtos agrícolas.

É relevante ressaltar a importância dessas empresas na análise do agronegócio brasileiro sob a perspectiva dos regimes alimentares. Empresas como a Syngenta (ChemChina) e Nidera Sementes desempenham papéis

significativos nesse contexto. A falta de uma literatura mais desenvolvida sobre essa questão destaca a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e abrangente para entender completamente a dinâmica e o impacto dessas operações no cenário agrícola brasileiro. Essa lacuna oferece oportunidades para pesquisas futuras explorarem detalhadamente o papel e a influência dessas empresas no fornecimento de insumos para o agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Terminais Portuários Privados**. Disponível em: < <https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/instalacoes-portuarias/contabilidade/terminais-portuarios-privados>>. Acesso em: 07/09/2023. 2023.

APEX BRASIL. **O que é IED?..** Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>. Acesso em 24/04/2023. 2023

ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-first Century**. London, New York: Verso. 2007.

BAN, Cornel; BLYTH, Mark. **The BRICs and the Washington consensus: An introduction**. Review of international political economy, v. 20, n. 2, p. 241-255, 2013.

BELESKY, Paul; LAWRENCE, Geoffrey. **Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change**. The Journal of Peasant Studies, v. 46, n. 6, p. 1119-1141, 2019.

Brasil. **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em 22/09/2023.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by other means: Geoeconomics and statecraft**. Harvard University Press, 2016.

Bloomberg. **Chinesa COFCO supera rivais e mira aquisições por soja do Brasil**. Bloomberg, Disponível em: <<https://www.bloomberg.com.br/blog/chinesa-cofco-supera-rivais-e-miraaquisicoes-por-soja-brasil/>>. 2018 apud WESZ JR, Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. The Journal of Peasant Studies, v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 2023.

BRAND INTELLIGENCE. **How the NBA's China Debacle Is Affecting their Reputation, And What that Could Mean for Other Brands**. Disponível em : <<https://morningconsult.com/form/nba-china-consumer-reactions/>>. Acesso em 24/05/2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. **A doença holandesa. Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**, p. 141-171, 2009.

BROWN, Trent. **When food regimes become hegemonic: Agrarian India through a Gramscian lens**. Journal of Agrarian Change. 188-206, 2020.

BRUNO, Miguel. **Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil.** *ComCiência*, n. 128, p. 0-0, 2011.

BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. **Towards a third food regime: behind the transformation.** *Agriculture and human values*, 2009.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2006. apud OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de. **Determinantes do desempenho exportador no agronegócio brasileiro: ambiente institucional e características da internacionalização das firmas.** 2015.

CBERS – **Parceria Espacial entre Brasil e China é exemplo de sucesso para o mundo.** *Defesa.net*. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/30436/cbers-parceria-espacial-entre-brasil-e-china-e-exemplo-de-sucesso-para-o-mundo/>>. Acesso em 16/6/23. 2018.

CGTN. **RMB becomes Brazil's second-largest international reserve currency.** 2023. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2023-04-03/RMB-becomes-Brazil-s-second-largest-international-reserve-currency-1iHPpdE9Wbm/index.html>>. Acesso em 24/04/2023.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean.** Beijing: Official Publications. Disponível em: http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm. Acesso em 12 de maio de 2023. 2016.

COUSINS, Ben et al. **BRICS, middle-income countries (MICs), and global agrarian transformations: internal dynamics, regional trends, and international implications.** *Globalizations*, v. 15, n. 1, p. 1-11, 2018.

CUNHA, R. C.; ESPÍNDOLA, C. J. **A geoeconomia da produção de soja no sul do Maranhão: características sociais e territoriais.** *Revista da ANPEGE*, São Paulo, ANPEGE, n. 16, v.11, p. 37-65, jul./dez., 2015.

CUNHA, Roberto César Costa et al. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil.** 2020.

CUNHA, Roberto César Costa et al. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no sul do Maranhão.** 2015.

DATaPort. **ATP - Associação de Terminais Privativos.** Disponível em: <<https://www.portosprivados.org.br/solucoes/dataport>>. Acesso em 23/07/2023. 2023.

DAVIS, J. H.; GOLDEBERG, R. **A Concept of Agribusiness.** Boston: Havard University, 1957 apud OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de. **Determinantes do desempenho exportador no agronegócio brasileiro: ambiente institucional e características da internacionalização das firmas.** 2015.

DE ASSIS, Raimundo Jucier Sousa; DA SILVA, Osmar Fernando Alves. **A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008–2018)**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p. 12121-12139, 2020.

Environmental Finance; **Green, social and sustainability (GSS) loan of the year - COFCO International**. 2020 Apud WESZ JR, Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. The Journal of Peasant Studies, v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 2023.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. **A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, p. 656-678, 2019.

Fares, T. **The Rise of State-Transnational Capitalism in the Xi Jinping Era: A Case Study of China's International Expansion in the Soybean Commodity Chain.** Journal of Development Studies (JEP) 35 (4): 86–106. 2019.

FRIEDMAN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. **Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures**, 1870 to the present. Sociologia ruralis, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

FRIEDMANN, Harriet. **Changes in the international division of labor: agri-food complexes and export agriculture**. In: Towards a new political economy of agriculture. Routledge, 2021 apud MCMICHAEL, Philip. Does China's 'going out' strategy prefigure a new food regime?. The Journal of Peasant Studies, v. 47, n. 1, p. 116-154, 2020.

FRIEDMANN, Harriet. **Paradox of transition: Two reports on how to move towards sustainable food systems**. Development and Change, v. 48, n. 5, p. 1210-1226, 2017.

G1. **Entenda a Lei dos Portos**. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/entenda-mp-dos-portos.html>> Acesso em 23/07/2023. 2013.

GALE, Fred; HANSEN, James; JEWISON, Michael. **China's Growing Demand for Agricultural Imports**. U.S. Department of Agriculture. 2014.

GALLAGHER, Kevin. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press. 2016

GILIO, Leandro; JANK, Marcos Sawaya. **O Brasil no Agro Global: reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta**. São Paulo. Insper, 2021.

Giraudó, M. E. **Dependent Development in South America: China and the Soybean Nexus.** *Journal of Agrarian Change*. 2019.

L. T. OLIVEIRA, Gustavo de. **Boosters, brokers, bureaucrats and businessmen: assembling Chinese capital with Brazilian agribusiness,** *Territory, Politics, Governance*. 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005 apud DE ASSIS, Raimundo Jucier Sousa; DA SILVA, Osmar Fernando Alves. A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008–2018). *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 3, p. 12121-12139, 2020.

HENDLER, Bruno. **Economic Statecraft, Peaceful Rise and Win-Win Game: a framework to understand China's growing influence in the world.** *Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, v. 7, 2017.

HENDLER, Bruno. **O sistema sinocêntrico revistado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático.** 2018.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; LAZZAROTTO, Joelsio José. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro.** 2014.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro.** *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro.** *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

HOLLENSSEN, Svend; ARTEAGA, Jesús. **Estrategias de marketing internacional.** Pearson Longman, 2010.

JAGUARIBE, Anna et al. **Considerações Finais.** In: JAGUARIBE, Anna et al. *Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

JAKOBSEN, Jostein. **Neoliberalising the food regime 'amongst its others': the right to food and the state in India.** *The Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 6, p. 1219-1239, 2019.

JAKOBSEN, Jostein. **New food regime geographies: scale, state, labor.** *World Development*, v. 145, 2021.

KONG, Qingjiang. **Emerging rules in international investment instruments and China's reform of state-owned enterprises.** *The Chinese Journal of Global Governance*, v. 3, n. 1, p. 57-82, 2017 apud BELESKY, Paul;

LAWRENCE, Geoffrey. Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change. *The Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 6, p. 1119-1141, 2019.

KURZ, Robert. **Poder Mundial e Dinheiro Mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 apud DE ASSIS, Raimundo Jucier Sousa; DA SILVA, Osmar Fernando Alves. A reprimarização no Brasil sob a ascensão da geopolítica chinesa no comércio exterior (2008–2018). *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 3, p. 12121-12139, 2020.

LEONARD, Mark. **Introduction**. In: **Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics**. World Economic Forum, Regional Agenda, 2016.

MCMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax: Fernwood Publishing, 2013.

MCNALLY, Christopher A. **Sino-capitalism: China's reemergence and the international political economy**. *World politics*, v. 64, n. 4, p. 741-776, 2012.
MDIC, MRE e MAPA lançam Agenda China. O Ministério, Notícias, Brasília, 20 jun. 2008 apud MASSUQUETTI, Angélica et al. As relações comerciais agrícolas entre Brasil e China no período 2000-2011: perspectivas para o agronegócio brasileiro. *Nexus Econômicos*, v. 7, n. 2, p. 131-148, 2013.

NAUGHTON, Barry. **Is China Socialist?** *Journal Of Economic Perspectives*, Nashville, v. 31, n. 1, p.3-24. 2017.

NETO, Thiago Oliveira; NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista; THÉRY, Hervé Émilien Rene. **RODOVIA BR-163: ENTRE A GEOPOLÍTICA E A GEOECONOMIA**. *REVISTA GEONORTE*, v. 9, n. 33, p. 265-269, 2018.

OLIVEIRA NETO, Thiago et al. **Rodovia BR-163: entre a geopolítica e a geoeconomia**. 2019.

NOGUEIRA, Isabela. **Estado e Capital em uma China com Classes**. IE-UFRJ, Discussion Paper, TD 029 - 2017.

NOGUEIRA, Isabela. **O Estado na China**. Oikos, 2021.

NYE, Joseph S. **Soft power**. *Foreign policy*, n. 80, p. 153-171, 1990.

OLIVEIRA, Gustavo de. **Chinese and other foreign investments in the Brazilian soybean complex**. BICAS Working Paper, 2015.

OLIVEIRA, Thiago Neto. **Rodovia BR-163: entre a geopolítica e a geoeconomia**. 2019.

Org: LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria Marques; SERRA, Rodrigo Antonio Moreno. **Economia brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OVIEDO, Eduardo Daniel. **Economía de mercado y relación estratégica con China**. Análisis preliminar tras la visita de Hu Jintao a la Argentina. *Studia Politicae*, n. 9, p. 61-93, 2006.

PEARCE, Fred. **The land grabbers: The new fight over who owns the earth**. Beacon Press, 2012.

PECHLANER, Gabriela; OTERO, Gerardo. **The third food regime: Neoliberal globalism and agricultural biotechnology in North America**. *Sociologia ruralis*, v. 48, n. 4, p. 351-371, 2008.

PEREIRA, Lia Baker Valls. **As relações econômicas Brasil-China: do comércio para o investimento**. In: JAGUARIBE, Anna et al. *Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

PIETERSE, Jan. **Multipolar globalization: Emerging economies and development**. Taylor & Francis e Books DRM Free Collection, 2018.

POON, Daniel. **China's Overseas Development Finance: Policy Tools and Mechanisms**. In: JAGUARIBE, Anna et al. *Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

Revista Exame. **Acordo entre China e Brasil é passo para internacionalização da moeda chinesa, dizem especialistas**. Disponível em: < <https://exame.com/mundo/acordo-entre-china-e-brasil-e-passo-para-internacionalizacao-da-moeda-chinesa-dizem-especialistas/>>. Acesso em 24/04/2023. 2023.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda**. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 19, n. 37, p. 78-105, 2020.

RODRIGUES, Bernardo. **A Geoeconomia Híbrida da China na América do Sul: o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos**. *Carta Internacional*, v. 16, n. 1, p. e1085-e1085, 2021.

SALOMÃO, Raphael. **Incentivos fiscais à cadeia produtiva da soja chegam a R\$ 57 bi, diz estudo**. *Valor Econômico*. Disponível em: <https://globo.com/agricultura/noticia/2023/10/incentivos-fiscais-a-cadeia-produtiva-da-soja-chegam-a-r-57-bi-diz-estudo.ghtml>. Acesso em 20/10/2023. 2023.

SAMPAIO, Amanda. **Brasil, Índia e Estados Unidos lançam aliança de biocombustíveis**. *CNN Brasil*. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-india-e-estados-unidos-lancam-alianca-de-biocombustiveis/>>. Acesso em 18/10/2023. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHERER, André Luís Forti. **A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira**. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, v. 36, n. 129, p. 35-51, 2015.

SHANG, Deliang. **Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização**. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Brasil e China: Multipolaridade. Brasília: IPRIFUNAG. Pp, p. 291-308, 2003.

SLIPAK, Ariel Martín. **América Latina y China: ¿ cooperación sur-sur o Consenso de Beijing?**. 2014.

SPIESS, Matheus. **O novo ciclo de commodities e o ano até aqui**. Money Times. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/matheus-spiess-o-novo-ciclo-de-commodities-e-o-ano-ate-aqui/>>. Acesso em 27/04/2023. 2021.

STAUFFER, Caroline. **Grande projeto agrícola da China na Bahia é, até agora, um campo vazio**. Reuters. 2014.

SUTTER, Robert. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War**. New York, Rowman and Littlefield Publishers. 2012.

SVAMPA, Maristella. **‘Consenso de los Commodities’ y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad, No 244, 3-4, 2013.

TIXILISKI, Giacomo Otavio. **Padrões e interconexões do setor agrícola do Brasil e da China nos regimes alimentares internacionais**. Conjuntura Austral, v. 14, n. 67, p. 57-72, 2023.

Vadell, Javier e Neves, Pedro. 2018. **O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito**. In: VADELL, Javier (Org.). A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: Editora Puc Minas. Cap. 7. p. 205-234.

WANG, Y. **The rise of the ‘shareholding state’: financialization of economic management in China**. Socio-Economic Review, v. 13, n. 3, p. 603-625, 2015.

WESZ JR, Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. **Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO’s global strategy in the Southern Cone**. The Journal of Peasant Studies, v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 2023.

WILKINSON, John; WESZ JUNIOR, Valdemar João; LOPANE, Anna Rosa Maria. **Brazil and China: the agribusiness connection in the Southern Cone context**. Third World Thematics: A TWQ Journal, v. 1, n. 5, p. 726-745, 2016.

XINBO, Wu. **China's geo-economic power. In: Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics.** World Economic Forum, Regional Agenda, 2016.

ZHANG, Hongzhou. **Securing the 'Rice Bowl': China and Global Food Security.** Springer, 2018.

ZHONGPING, Feng; JING, Huang. **China's Strategic Partnership Diplomacy.** 2014.